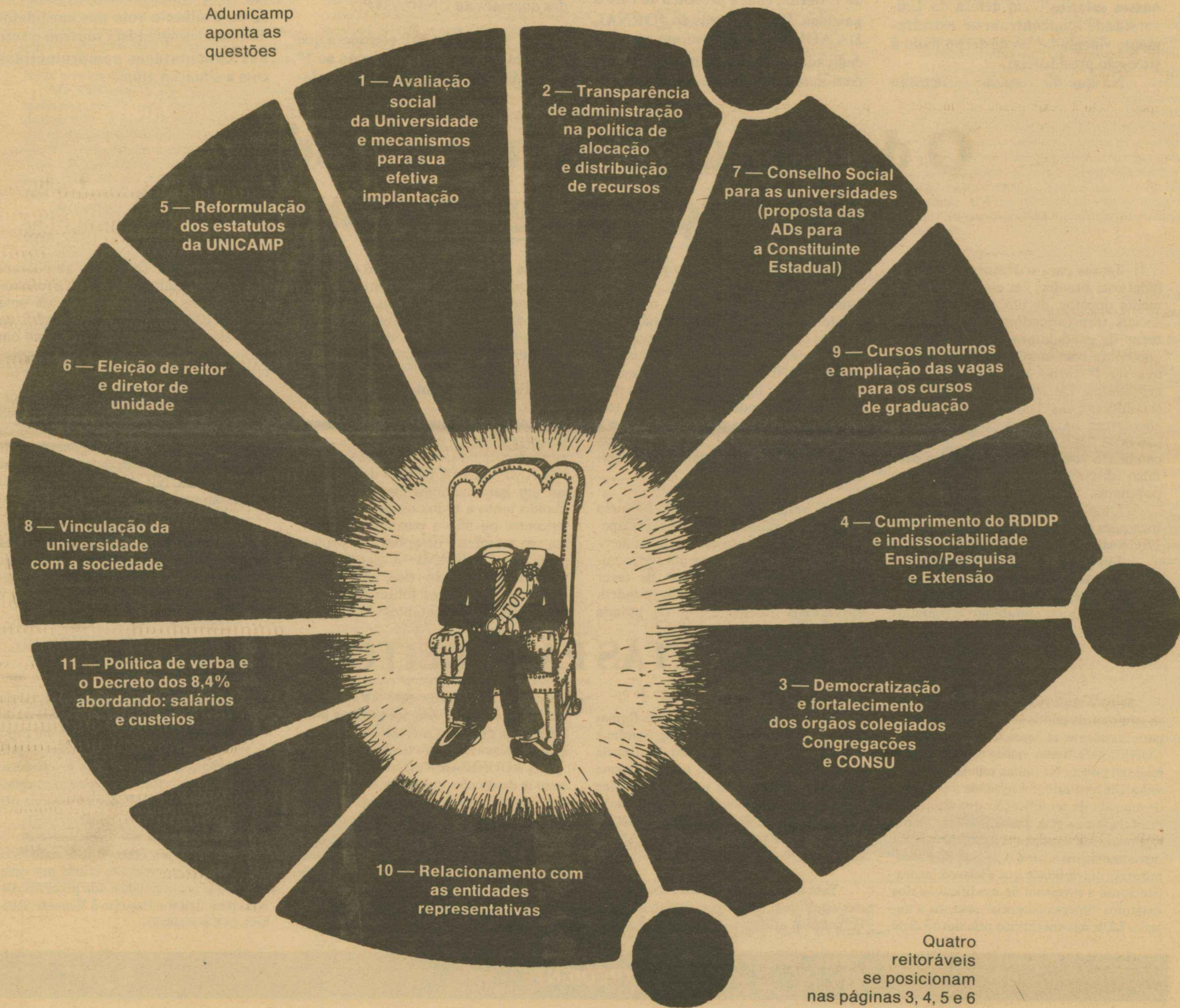


Adunicamp
aponta as
questões



EDITORIAL

Desde o início do ano a ADUNICAMP apontou a sucessão presidencial como a principal batalha, junto com a proposta de modificação dos estatutos instituindo a eleição direta para Reitor, a ser travada em 89 pela associação. Analisamos ainda que todas as nossas lutas em defesa da autonomia, pela recuperação de nossos salários e em defesa da Universidade - encontram-se estreitamente vinculadas ao desfecho dado à sucessão presidencial.

No que diz respeito à sucessão

presidencial, a ADUNICAMP tomou várias iniciativas com o objetivo de aprofundar a discussão e compreensão dos docentes acerca das várias propostas de governo colocadas pelas diferentes candidaturas. Foram organizados dois debates: um sobre Reforma Agrária e outro sobre Dívida Externa, com a presença de vários partidos. Dois números do JORNAL DA ADUNICAMP tiveram encartes dedicados exclusivamente à sucessão, com manifestações de apoio de pro-

fessores às várias candidaturas e também propostas dos candidatos para a Educação, Universidade, Ciência e Tecnologia. O MURAL LIVRE, na sede da adunicamp esteve aberto para a manifestação dos diferentes partidos e seus candidatos. Foi realizada ainda a Prévia eleitoral revelando as preferências e rejeições dos docentes da UNICAMP.

A ADUNICAMP considera que cumpriu sua tarefa com relação ao 1º turno da eleição, divulgando ampla-

mente as propostas das diferentes candidaturas. Em vários momentos, através dos Boletins e dos editoriais no Jornal, manifestamos nossa opinião de que o embate já no 1º turno, se daria entre as forças mais retrógradas e conservadoras e as forças democráticas e progressistas. A votação no 1º turno revela a justeza de nosso análise: o voto nos candidatos do campo progressista superou o voto nas candidaturas comprometidas com a situação atual.

O desafio do 2º turno: a unidade das forças progressistas

Temos para o 2º turno duas candidaturas situadas em campos radicalmente opostos: de um lado, as forças sociais transformadoras, reunidas em torno da candidatura LULA-BISOL e que conta com amplo apoio de setores que no 1º turno votaram em outros candidatos. De outro, os setores conservadores e das classes dominantes que encontram na candidatura COLLOR sua mais legítima representante. Neste candidato votaram ainda, iludidos pelo falso discurso, grandes contingentes populares.

Qual é a grande tarefa que se coloca para nós, docentes e para a ADUNICAMP diante deste quadro?

Em primeiro lugar, consideramos que a entidade através de sua Diretoria e Conselho de Representantes pode, deve e irá continuar assumindo o trabalho

de divulgar as diferentes propostas das 2 candidaturas colocadas. Mas consideramos também que temos o dever, diante da gravidade que a atual situação nos coloca, de definirmos nossa posição frente ao programa pelo qual fomos eleitos, frente às lutas em defesa da universidade e do ensino público e gratuito, da independência científica e tecnológica que desejamos para o país e a democratização da vida nacional das quais temos historicamente participado.

E nesta perspectiva, não há meio termo e neutralidade possíveis. Há apenas uma candidatura que neste momento unifica as diferentes visões democráticas e progressistas, capaz de fazer avançar as propostas que respondem aos nossos anseios e aos da grande

maioria da população, não só impedindo a continuidade da atual situação, como também com condições de superar as condições de vida do nosso povo e as condições de submissão de nosso país aos interesses dos grandes banqueiros e dos monopólios.

Essa candidatura é a candidatura LULA.

Assim, o Conselho de Representantes reunido no dia 23, aprovou encaminhamento no sentido de que a ADUNICAMP entre na batalha do 2º turno em um patamar mais elevado, trabalhando junto a todos os docentes, pertencentes ou não a partidos políticos, em um manifesto de apoio dos professores da UNICAMP à candidatura LULA. Cumprindo esse encaminhamento, novos passos foram dados. Os professores representantes do CR em

conjunto com a Diretoria, ampliaram esse fórum e, juntamente com professores de vários partidos, realizaram uma reunião com ampla representação, de onde saiu a formalização do apoio em forma de manifesto que será amplamente divulgado na imprensa.

A tarefa da ADUNICAMP é fortalecer esse movimento, lutar pela sua ampliação e pela unidade de todos os docentes em torno das propostas políticas que sempre foram defendidas pelos docentes da UNICAMP e que têm sua expressão mais avançada na candidatura LULA.

Conclamamos todos os docentes a participarem desse debate e a se unirem neste movimento em defesa da democracia, da liberdade, do progresso e da soberania do nosso país.

E AS DIRETAS PARA REITOR?

Se após tantos anos de espera — 29 para sermos mais exatos — conseguimos votar para Presidente, se depender da vontade do CONSU para Reitor vamos ter que esperar mais um pouco. Na última reunião do Conselho Universitário, foi rejeitada a proposta de emenda de modificação dos Estatutos instituindo a escolha direta do Reitor. Sob o argumento da ilegalidade, a grande maioria dos conselheiros acatou o parecer do Procurador da universidade que declarou inconstitucional a proposta de modificação dos Estatutos "interna corporis" sem que a anterior LDB seja substituída pela nova Lei de

Diretrizes e Bases.

Nossa luta agora adquire novas formas e vai desde a discussão, nas Congregações e nos foruns da entidade, sobre a exigência colocada para o CONSU, principalmente através dos diretores, de respeito à vontade soberana da comunidade, até a elaboração de uma pauta de reivindicações do movimento docente a ser apresentada a todos os candidatos.

Este processo tem início com este número do Jornal. Há artigos de 4 reitoráveis. Há também artigos de docentes que se ma-

nifestaram, a pedido da ADUNICAMP sobre vários temas de vida acadêmica e institucional. A discussão já começou. A procura dos apoios e dos votos também.

A ADUNICAMP espera que este processo se desenvolva da melhor maneira possível, mantendo-se os princípios da independência e da ampla participação dos diferentes segmentos e das entidades representativas. A UNICAMP deverá, nos próximos meses, passar por um processo de aprofundamento da discussão das diferentes idéias e concepções de Universidade, manifestas nos programas dos diferentes candidatos. De

nossa parte, esperamos poder contribuir com o debate não apenas divulgando as diferentes propostas, mas exercendo um papel de vigilância do processo e de crítica às práticas e idéias que representem o retrocesso ou o conservadorismo com relação ao caminho que a UNICAMP deverá assumir nos próximos anos.

Afinal, novos ventos sopram no país. Não será a Universidade, crítica por excelência, que ficará imune a este processo. **Diretas para Reitor e Respeito à Vontade Soberana da Comunidade.**

EXPEDIENTE

Diretoria
Helena C.L. de Freitas - Presidente
Francisco Hideo Aoki - 1º Vice
João F.C.A. Mayer - 2º vice
Tania Maria Alkmin - 1ª Secretária
Maria Alice Garcia - 2ª Secretária
Luiz Carlos de Almeida - 1º Tesoureiro
Wilson de F. Jardim - 2º Tesoureiro
Antonio C.S. Algate - Dir. Adm
Luiz Fernando Milanez - Dir. Imprensa
Raquel Negrão Cavalcante - Dir. Cultural

Planejamento Visual Gráfico



ALTERNATIVA
Assessoria de Comunicação

Rua Alberto Belintane, 41
Fone: 53-4863
Campinas - SP

"Jornal Adunicamp"
Publicação bimestral de Adunicamp
Associação dos Docentes da Unicamp.
Cidade Universidade "Zeferino Vaz"
CP6158 - Campinas - SP
Telefones: (0192) 39.1148 e 39.1301
Ramal 3152
Editores
Milanez (Adunicamp); Chefinho (FEE)
Trigueiros (IFGM)
Jornalista Responsável,
Gilberto Gonçalves - MTPS 11.576

O papel das universidades

A Universidade tem desempenhado um importante papel em todas as sociedades organizadas do mundo, quer na formação de jovens, através de seus cursos de graduação, quer na prestação de serviços oferecida pelos cursos de extensão ou mesmo no desenvolvimento da pesquisa de ponta em áreas básicas e tecnológicas. Sejam as estruturas políticas capitalista, socialista ou comunista, o que a sociedade exige invariavelmente da Universidade é a eficiência, a seriedade e, conseqüentemente, a transparência no uso de seus recursos financeiros e, sobretudo, a qualidade no desenvolvimento de suas atividades fins. A Universidade é, portanto, o lugar reservado pela sociedade para o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços.

Dessa forma, a Universidade assume um extraordinário e fundamental papel no seio das sociedades. Entretanto, é necessário que tenhamos dentro da Universidade a coragem e a humildade de reconhecer no exercício da responsabilidade assumida que muito antes de sermos mentores ou guias intelectuais dos destinos das sociedades, mesmo porque não nos foi delegada nenhuma representatividade para tanto, somos acima de qualquer outra coisa seu instrumento.

Definida a responsabilidade que deve assumir a Universidade no âmbito da sociedade e, portanto, qual o vetor que deve nortear as mudanças que se fizerem necessárias, fica de certa forma facilitado o trabalho ao abordarmos os temas propostos pela ADUNICAMP.

01) A avaliação social da Universidade é extremamente importante e segue como corolário do que afirmamos acima. Tal avaliação social possui dois aspectos importantes: o primeiro de diagnóstico, detectando eventuais desvios ou distorções em sua trajetória rumo a seus objetivos; o segundo de transparência, tornando transparente à sociedade a razão custo/benefício que essa mesma sociedade assume. O primeiro aspecto incide mais fortemente no interior da própria Universidade, uma vez que analisando nossos procedimentos, abrimos a possibilidade de corrigir eventuais distorções ou falhas. O segundo aspecto de igual ou maior importância, é fundamentalmente vol-

tado ao exterior da Universidade, visto que a Universidade se expõe à sociedade (em seu próprio benefício).

A avaliação social da Universidade se dá ainda em diferentes níveis: avaliação administrativa; avaliação acadêmica, ou seja, quais e que tipo de profissionais estamos formando; avaliação da produtividade científica, não apenas quantitativa, mas sobretudo qualitativa; avaliação do custo/benefício; entre outros. A cada um desses níveis deve corresponder um tipo de avaliação que em minha opinião, deveria ser estudado em discussões que envolvessem necessariamente especialistas em tais questões. No entanto, tenho a convicção de que independentemente do método adotado, seria imprescindível a participação de agentes externos à Universidade em número significativo no processo de avaliação.

02) A questão da transparência na política de alocação de recursos foi mencionada de modo indireto quando abordamos o primeiro item. Entretanto, gostaria de acrescentar que considero tal questão extremamente importante, talvez a mais relevante de todas as questões, uma vez que justamente na alocação de recursos que de certa maneira priorizamos nossas iniciativas e objetivos.

A alocação e distribuição de recursos consoante com um plano diretor da Universidade (plurianual), juntamente com outras questões substanciais, deveriam ocupar a maior parte do tempo nas discussões do Conselho Universitário — CONSU. Os demais detalhes com os quais muitas vezes tem gasto parte significativa da duração das sessões deveriam ser delegados às Câmaras e Comissões competentes, com exceção daqueles em grau de recurso.

03) Antes de mais nada, é necessário esclarecermos o que se entende por "democratização e fortalecimento dos órgãos colegiados". Se interpretado como eleição direta e paridade de representação em órgãos colegiados, entre outras coisas, sou totalmente contrário (pelo menos até o presente momento, a não ser que me convençam para uma mudança de opinião). Atualmente, não vejo como tais medidas poderiam melhorar a qualidade e a eficiência da Universidade. Até o momen-

to não conheço nenhuma Universidade conceituada que tenha conquistado essa projeção por ter adotado tais procedimentos. Pelo contrário, se a intenção subjacente a essas propostas é a de reverter a situação que se criou em quase todas as Universidades públicas brasileiras, onde o poder burocrático-administrativo e político se sobrepõe ao poder acadêmico-científico, em minha opinião, as medidas sugeridas são completamente equivocadas. A situação somente se reverterá encarando o problema de frente e delimitando as responsabilidades e competências de cada segmento que integra a comunidade interna da Universidade. É óbvio que a responsabilidade de executar suas tarefas no dia a dia da vida universitária deve ser a mesma em qualquer um dos organismos. Entretanto, cabe prioritariamente ao corpo docente o encaminhamento das questões acadêmico-científicas, visto que tiveram toda uma formação para tanto, sendo, portanto, tal matéria de sua competência. Assim sendo, entendo que a atividade dos docentes na condução dos problemas substantivos da Universidade deveria ser mais efetiva.

Acredito numa Universidade composta de colegiados máximos com prevaência majoritária de professores (pesquisadores) incumbida do papel legislativo, enquanto a administração, inclusive a Reitoria, teria um papel puramente executivo.

04) O problema do cumprimento do RDIDP, a exemplo de outros, como o crescimento do quadro docente nas faixas de MS-1 e MS-2 ou a impossibilidade de renovação do quadro docente, mesmo quando problemas graves são detectados, é seríssimo e as Universidades tem convivido com ele de modo absolutamente incompetente. É óbvio que temos conhecimento de especificidades em algumas áreas, no entanto, creio que caberia à Universidade a coragem para encarar tal problema.

É bem provável que a institucionalização de um sistema avaliatório do tipo que mencionamos acima (com participação externa), ajudaria na resolução dessas questões.

05) Certamente a revisão de nossos Estatutos é necessária devido à nova legislação (Constituições, Lei de Dire-

trizes e Bases), além das razões já analisadas anteriormente. Porém, acredito que tal revisão deveria ter por princípio as razões sociais da Universidade e, portanto, levar fundamentalmente em conta a gestão da verba pública, a qualidade, a seriedade e a transparência de nossos serviços.

Por outro lado, julgo importante uma revisão dos Estatutos de maneira democrática e madura, visando o estabelecimento de normas aceitáveis e duradouras por um largo período de tempo. A Universidade necessita de tranquilidade para um bom desenvolvimento de suas funções, considerando a própria especificidade dos trabalhos executados.

06) Acredito que já me manifestei à respeito.

07) Sou totalmente favorável a uma solução desse tipo. Contudo, teríamos apenas que discutir um pouco mais o assunto.

08) Já me posicionei à respeito anteriormente.

09) Com relação aos cursos noturnos, já tenho por diversas vezes me pronunciado favoravelmente e as razões sociais são óbvias. Contudo, temos que ter sempre em mente que tais cursos deverão manter uma qualidade nunca inferior à dos cursos diurnos.

10) Creio que as entidades representativas devam ter objetivos próximos aos da Reitoria nos assuntos de sua competência. Portanto, o relacionamento entre a Reitoria e as entidades representativas deve ser o melhor possível.

11) Ao que me consta, a Universidade atingiu um razoável equilíbrio em seu orçamento. A informação que tenho é a de que estamos alocando entre 75% a 80% de nossos recursos na folha de pagamento do quadro de pessoal. Acredito que poderíamos melhorar os gastos com custeio. No entanto, esse problema requer um estudo bem mais profundo sobre o qual o CONSU deveria se pronunciar, ou seja, sobre as seguintes questões: Qual o tamanho da Universidade que queremos?; Qual a proporção ideal entre corpo docente, corpo discente e administrativo?; Já existem várias iniciativas neste sentido em diversas Universidades.

UNICAMP:

da autonomia conquistada à autonomia vivenciada; um novo modelo de gestão

Na condição de candidato declarado, optei por atender a todos os quesitos propostos pela ADUNICAMP e os respondo em ordem seqüencial:

1. Avaliação social da Universidade e mecanismos para sua efetiva implantação

Enquanto órgão integrante de um corpo social global, a Universidade deve constituir-se em vanguarda de conceitos políticos — sob pena de descaracterizar suas finalidades. Isso, efetivamente, deve se desenvolver dentro de uma filosofia apartidária, a fim de permitir que várias tendências se manifestem.

Um Conselho de Orientação cuja composição deve prever a presença de membros externos à UNICAMP, terá entre outras missões — aquela de avaliar o cumprimento do papel social da Universidade.

Por outro lado, a Universidade deve garantir o seu espaço de atuação que se caracteriza por ser ao mesmo tempo elemento do conjunto de agentes compromissados com as diretrizes do Governo Federal e Estadual na área de educação, e, agente privilegiado (respaldada pela conquista da sua autonomia) que tem como missão maior constituir-se em massa crítica do conjunto a que pertence.

2. Transparência de administração na política de alocação e distribuição de recursos.

Para que haja transparência na administração da política de alocação e distribuição de recursos, entendo que o mecanismo a ser adotado está intimamente vinculado a elaboração de um Plano Diretor a ser amplamente discutido em todo o âmbito da universidade e aprovado pelo Conselho Universitário.

Esse Plano deverá contemplar as especificidades, os níveis de competência e dedicação de cada unidade em suas atividades acadêmicas, científicas, artísticas, culturais e de extensão. Deverá também considerar o estado da arte das atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária no país, de forma a compatibilizar a demanda social à contribuição que a UNICAMP possa ofertar. Portanto, obedecendo ao critério geral de descentralização, passaremos da subjetividade nas decisões da Reitoria para a objetividade de um plano de metas com diretrizes, definições de políticas e critérios da própria comunidade, até mesmo quando se tratar de questões tais como a ocupação física do Campus.

3. Democratização e fortalecimento dos órgãos colegiados — Congregações e CONSU. A centralização do poder ocorrida no Brasil

nas últimas décadas contribuiu decisivamente para descaracterizar o papel transformador e desenvolvimentista da Universidade. O modelo centralizador contaminou a sociedade como um todo, apresentando sintomas dou deixando sequelas também no sistema universitário. Concluímos então que essa incômoda situação, refutada por toda a comunidade universitária, precisa ser enfrentada com decisão por meio de um esforço reestruturador que propicie maior autonomia administrativa, econômica e financeira às Pró-Reitorias, Diretorias, Coordenações e Chefias de Departamento.

4. Cumprimento do RDIDP e indissociabilidade Ensino/Pesquisa e extensão

Entendo que o cumprimento do RDIDP, bem como a definição dos parâmetros de liberdade acadêmica são de competência do Departamento, assegurando, assim, o seu compromisso com a função social da Universidade. O bom uso dos recursos, agora também departamentais, devem atender a critérios emanados das Congregações. Isso para que as unidades possam ter maior poder de reivindicação junto ao CONSU nos períodos de distribuição das dotações. Definir as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e associá-las às atividades de cada docente é missão do Departamento.

5. Reformulação dos Estatutos da UNICAMP.

6. Eleição de Reitor e Diretor de unidade.

Toda estrutura administrativa deve ser permanentemente atualizada e adequada às circunstâncias que se apresentem, assumindo com cautela os processos irreversíveis e rechaçando aqueles que possam macular os objetos precípuos da Universidade. Isto colocado, comprometo-me a encaminhar e acatar as propostas de mudanças estatutárias e regimentais emanadas do Conselho Universitário, incluindo aquelas pertinentes à eleição do Reitor e dos Diretores de Unidades.

7. Conselho Social para as Universidades

Considerando a importância da autonomia da Universidade, bem como a soberania da sociedade sobre o cumprimento dos objetivos da mesma, considero neste texto o Conselho de Orientação com função similar ao Conselho Social proposto pelas AD's. O Conselho de Orientação citado no item primeiro, pode e deve ser o órgão avaliador da Universidade. Sendo específico para cada Universidade, contaria entre seus membros com a presença

dos ex-Reitores, ex-alunos, bem como de uma maioria externa à UNICAMP.

8. Vinculação da Universidade com a sociedade.

É preciso estabelecer mecanismos que assegurem a vinculação adequada do sistema universitário com a sociedade. Estes mecanismos devem ser estabelecidos caso a caso tendo em vista condicionamentos de ordem política, técnica, financeira, entre outros.

Reforço aqui posições já firmadas no sentido de que o CONSU deve estar sempre atento ao equilíbrio necessário entre a autonomia da Universidade e o atendimento às necessidades sociais, pois em última instância somos devedores da sociedade como um todo que nos garante a subsistência e tem o direito de nos cobrar ações que impliquem na melhoria de qualidade de vida de todos.

Ensino, pesquisa e extensão são as atividades a serem avaliadas qualitativa e quantitativamente pela sociedade. A UNICAMP desfruta de um prestígio adquirindo ao longo dos anos em âmbito regional, estadual, nacional e internacional. Em todos eles a Universidade deve ser não apenas constantemente cobrada, como tem obrigação de corresponder às expectativas. Efetivamente, para isso deve contar com um corpo docente de alto nível e com recursos financeiros. Esse raciocínio que a primeira vista pode parecer simplista, é, na realidade, o mecanismo básico a ser agilizado para a captação de verba extra-orçamentária do tipo convênio.

9. Cursos Noturnos e ampliação das vagas para os cursos de graduação.

Os cursos noturnos previstos por dispositivo constitucional certamente forma propostos para atender a uma população diferente daquela que busca o curso diurno.

Tendo em vista esta situação, cabe-nos trabalhar na obtenção de critérios acadêmicos e de demanda social, para que a implantação desses recursos respeite as condições de manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa.

Os cursos noturnos, se apresentam como a grande oportunidade na redistribuição dos recursos humanos atualmente disponíveis na UNICAMP, tendo como consequência maior e salutar a otimização e adequação de toda a infra-estrutura disponível. Certamente a questão do adicional noturno será debatida e, se aprovada, implantada.

10. Relacionamento com as entidades representativas.

Uma proposta descentralizadora e de gestão

transparente não pode ficar restrita ao âmbito formal da organização. É preciso também ampliar as instâncias do processo decisório interno, mediante uma participação mais efetiva das entidades que representam a comunidade universitária como a ADUNICAMP, ASSUC e DCE, sobretudo no que se refere à gestão financeira e patrimonial da instituição, discussão de prioridades e acompanhamento fiscal.

11. Política de verbas e o Decreto dos 8,4% abordando: salários custeio.

A Constituição do Estado assegura para a educação, como um todo 30% do ICMS, cabendo ao Plano de Educação Estadual definir a parte destinada às Universidades. Deste modo, fica clara a responsabilidade da Universidade que, para pleitear maiores recursos deverá cada vez mais se comprometer com o resgate da qualidade de ensino do primeiro e segundo graus. Recuperados os níveis salariais dos docentes e funcionários, dentro de uma proposta realista isenta de corporativismo, entendo que 75% para salários e 25% para custeio é uma proporção razoável. Para atingir tal objetivo, as expansões futuras da Universidade deverão contar com um programa de formação de recursos humanos destinado ao corpo docente e de funcionários que os capacite para assumir os novos compromissos. Entendo que é missão da Universidade colaborar com a formação de seu quadro técnico-administrativo, ainda que sujeita ao risco de perdê-lo para outros órgãos públicos e empresas privadas. Também é missão da Universidade estimular a permanência de seu pessoal bem qualificado e comprometido com o trabalho, para isso deve ser implementada uma política salarial compatível com o mercado de trabalho em todos os níveis como única forma de inviabilizar essa evasão.

Independente de se realizar os níveis de custeio citados, somente uma política de captação de recursos externos tão agressiva quanto a da gestão Paulo Renato nos levará a assegurar a aquisição do instrumental de trabalho, como livros, equipamentos, intercâmbios culturais, etc., cuja demanda é característica de cada unidade.

12. Mecanismo de estímulo à docência e pesquisa

É um dos temas aqui não abordados. Assim sendo, coloco-me à disposição para debate público.

Grato



Pontos para um programa

A melhoria da qualidade de vida, hoje uma questão crucial para a sociedade brasileira — mensurável em termos de educação, saúde, alimentação, habitação, acesso a bens culturais, etc — é a meta básica do desenvolvimento econômico. Este desenvolvimento, nas sociedades modernas, está inevitavelmente ligado a políticas de pesquisa científica e tecnológica e de formação de recursos humanos. É em relação à construção e execução de tais políticas que se definem as funções da universidade.

O momento atual no Brasil é de mudanças gerais. O país tem nova constituição, a sociedade está se repensando e é hora de a universidade repensar-se também.

A participação ativa e permanente da universidade brasileira na fixação e execução dessas políticas é imprescindível. Conscientes desta responsabilidade e animados pelos expressivos (embora lentos) avanços experimentados pelo país em sua vida político-institucional (fim da ditadura, nova constituição, eleição presidencial direta, etc...), propomos que a Unicamp se oriente, nos próximos quatro anos, de maneira mais intensa para o seu lado acadêmico, cuidando da melhoria da sua produção científica e da formação profissional (graduação e pós-graduação). Qualidade de pesquisa e méritos acadêmicos devem ser os pontos mais relevantes; cultivemos o pluralismo de idéias e soluções, exploremos o gosto pela controvérsia, fuçamos dos maniqueísmos e da partidarização da universidade. Vamos aprofundar nosso papel fundamental de desenvolvimento e prática cultural, através das artes, das letras, da filosofia e das ciências, mais comprometidos com as transformações sociais necessárias.

Considero um marco de grande importância o conceito integrador, acolhido nas nossas Constituições, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Acredito também que a Universidade deve servir à sociedade brasileira, que a mantém, submetendo-se a avaliações periódicas, orientadas por aquele princípio de indissociabilidade, aferindo-se assim a eficiência e qualidade do produto universitário.

A atual constituição do Estado de São Paulo, por sugestão das Associações de Docentes, propõe instâncias públicas, externas à universidade, sem caráter deliberativo, com a finalidade de fiscalizá-la. As universidades paulistas devem participar de forma intensa nas discussões que precedem a elaboração da lei que normatizará estas instâncias. A atribuição a elas dada de promover na universidade auditorias, tanto financeira quanto acadêmica, contribuirá para a maior transparência dos processos de gestão dos recursos e avaliação do papel desempenhado pela universidade.

Penso que maior importância deva ser

dedicada ao ensino de graduação, com valorização maior do trabalho didático. Aos cursos básicos, já que neles são construídos os alicerces de uma formação sólida, deve-se dar especial atenção. A discussão da responsabilidade social do profissional de nível universitário não pode ser negligenciada, mas sim discutida com os estudantes, para permitir-lhes uma melhor apreensão dos múltiplos aspectos de seu papel na sociedade.

A criação de novos cursos e a reformulação dos existentes devem acompanhar o avanço do conhecimento e as manifestações de interesses da sociedade. A modernização de nossos currículos, a preocupação incessante com condições laboratoriais, mínimas e, repetito, a valorização da atividade didática são condições relevantes para a melhoria de nosso ensino de graduação.

Cursos de extensão e de especialização têm sido oferecidos pela Unicamp desde a década passada. Nos últimos anos, a demanda se intensificou, sinalizando para a necessidade de criarmos instrumentos normativos de operacionalização, dinamização, descentralização e legalização destes cursos, continuando estudos que vêm sendo realizados já pela atual Reitoria. O esforço nos parece elogiável e deve ser intensificado. Somos favoráveis a uma normatização que vincula o oferecimento de disciplinas à aprovação das Congregações e, quando for caso de interdisciplinariedade, à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do CONSU. Ao apreciá-los, deve-se ter uma visão de conjunto de modo a não comprometer o desempenho dos cursos regulares de graduação e pós-graduação. A Pró-Reitoria de Extensão deve articular o contato com os interessados, bem como liderar o esforço universitário para o sucesso desta tarefa. Paralelamente, devem ser estudadas condições para estabelecer cursos de educação continuada ou reciclagem, atualização e aperfeiçoamento, que impeçam a obsolescência dos conhecimentos técnicos, em continua mudança, do contingente de brasileiros com formação universitária. Não pode ser esquecido o apoio, frequentemente solicitado, às redes de ensino público municipal e estadual para capacitação e atualização de seu corpo docente.

Ao longo de sua curta história, é inegável que a Unicamp dedicou especial atenção aos programas de pós-graduação. Creio que, neste particular, nossa atuação, junto com a de alguns outros centros, foi decisiva para a fixação do atual sistema de pós-graduação em funcionamento no país. Penso que está na hora de o Brasil refletir profundamente sobre esta questão, e, evidentemente, a Unicamp deve ter neste campo sua posição muito clara. Respeitadas as especificidades das diferentes áreas, proponho os seguintes pontos para que a Unicamp repense sua atividade de formação neste nível:

a) maior rigor na seleção de alunos ingressantes; privilegiar a qualidade em detrimento da quantidade.

b) melhorar as condições físicas de abrigo e atendimento aos alunos.

c) ter expressiva maioria de alunos bolsistas, em tempo integral; classificá-los de forma mais precisa, em alunos REGULARES, que seguem programas de Mestrado e Doutorado, e ESPECIAIS, que procuram atualizar sua formação acadêmica.

d) esforço para reduzir o tempo de permanência dos alunos no Mestrado ou Doutorado.

e) dirigir o mestrado mais para a formação acadêmica, fechando o programa com uma dissertação concisa e objetiva, e caracterizar o doutorado como o espaço para o trabalho de tese.

Algumas universidades brasileiras dedicam especial esforço às atividades de pesquisa. Somos uma delas. Este esforço custa caro, muitas pesquisas não se concluem ou não chegam a bom termo, mas este esforço deve ser feito, sob pena de aceitarmos de forma irremediável nosso atraso científico e tecnológico em relação às nações desenvolvidas. Internamente, deve-se reforçar e aperfeiçoar o Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), organismo que se mostrou oportuno e útil na Universidade. Devemos estreitar laços com a FAPESP, CNPq, FINEP, CAPES e organizar um eficiente organismo de captação de recursos. Programas integrados de pesquisa devem ser estimulados. Deve-se reconhecer que a fragilidade do nosso sistema administrativo força o pesquisador a dispendir um tempo excessivo com a condução burocrática de projetos de pesquisa. Este mal precisa ser extirpado, o tempo do pesquisador precisa ser gasto com o que é fundamental à pesquisa. Devemos também intensificar o intercâmbio com outras instituições de pesquisa, em particular com aquelas que se situam próximas à Unicamp, como CTI, CPqD, IAC, Centro de Pesquisa da EMBRAPA, ITAL, etc.

No setor tecnológico, é necessário intensificar o intercâmbio Universidade-Empresa, buscando a autonomia tecnológica para diminuir nossa dramática dependência externa. Deve ficar claro, entretanto, que, sob nenhum pretexto a Universidade deve subordinar seus objetivos àqueles da empresa.

É indispensável elaborar um Plano Diretor para a Universidade, voltado para o atendimento das grandes necessidades da sociedade brasileira e comprometido com o desenvolvimento do país. Este plano deve fixar os grandes nortes da Universidade: novos cursos, especializações, áreas estratégicas/prioritárias, atuações privilegiadas por áreas de conhecimento, capacitação de pessoal, política para o corpo docente, relacionamento ex-

terno, coordenação com o governo, expansão da área física, obras, etc...

Tal Plano marcaria um momento em que a Universidade tomaria conhecimento do que ela efetivamente e é em que direção escolhe evoluir. Proposto inicialmente por uma Comissão de alto nível escolhida pelo CONSU, em torno da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário, seria apreciado pelas unidades em seus conselhos, e finalmente aprovado pelo CONSU, estando, evidentemente, sujeito a revisões periódicas.

Os cursos noturnos serão uma realidade em pouco tempo, por determinação da constituição. Aqueles que imaginam que abrir a universidade à noite implica que ela acolherá necessariamente membros da parcela mais pobre da sociedade podem até frustrar-se, pois é claro que os cursos noturnos também sofrerão a concorrência de alunos com perfil semelhante aos que atualmente frequentem a universidade. Mas, mesmo que tal expectativa se frustrasse, isso não significa que não haja outras razões para haver cursos noturnos. O investimento enorme que uma universidade como a Unicamp significa não pode permanecer ocioso. O que é importante, neste assunto, é trabalhar para definir claramente em que condições quais cursos pode ser ministrado à noite, sem preconceito, por um lado, mas com realismo, por outro.

No clima de mudanças gerais que estão ocorrendo, inclusive com o estabelecimento da autonomia das universidades, deve-se propor uma nova distribuição do poder entre a Reitoria, o CONSU e as congregações. Devemos avançar na direção que sempre propugnamos, de diminuir o poder do Reitor, aumentar o poder dos conselhos e das unidades que compõem a Universidade. As idéias centrais que julgamos devem ser debatidas são: a) que a escolha do diretor se esgote na respectiva unidade; b) que o presidente do CONSU não seja o Reitor e c) que haja maior autonomia financeira para as unidades. Medidas como estas fortaleceriam o CONSU, que desencadearia a discussão de outras mudanças nos estatutos da Universidade, decorrentes daquelas decisões.

Pensamos que mudanças nesta direção serão extremamente significativas para a universidade. Uma gestão transparente e democrática é indispensável ao convívio das diferentes unidades da Unicamp. Dados sobre distribuição orçamentária (e suas suplementações), contingente de pessoal, novas contratações, etc., devem ser clara e explicitamente divulgados. Tais medidas aumentarão a responsabilidade de todos, obrigarão uma gestão mais democrática, justa e transparente de recursos, a uma definição mais explícita e assumida dos projetos da universidade, e permitirão que a Reitoria e as Direções sejam mais representativas, sem estarem presas e políticas conjunturais.

Unicamp, que rumo tomar?

Propõe-me o Jornal da Adunicamp a abordagem de algumas questões clássicas da vida universitária, as quais, sem exceção, ocuparam boa parte de meu tempo e de meu esforço nos últimos anos. Por mais questões que se formule acerca da Universidade, elas sempre poderão ser enquadradas nesse binômio também clássico, do qual não se pode escapar: suas relações consigo mesma e a permanente redefinição de seu papel social, isto é, suas relações com a coletividade geral.

Muita palavra se tem gasto especialmente com este último tema, de modo que a retórica em uso ameaça cair no vazio por inocuidade e beletrismo. No entanto, a questão das relações sociais da Universidade permanece não só atual como instigador. No panorama pouco nítido e nada homogêneo do sistema universitário brasileiro, a Unicamp é uma das raras instituições aptas a falar sobre o assunto sem crise de consciência. Desde o seu começo esses vínculos foram bem definidos e, hoje, eles se materializam através da extensa malha de cursos de extensão oferecidos, das pesquisas que logram alcançar aplicabilidade social, de boa dose de assistencialismo e — quem sabe o fator mais importante — das várias centenas de novos profissionais que a cada ano ganham o mercado de trabalho.

Não é pouco, mas pode-se facilmente argumentar que não é o bastante. As demandas sociais estão em contínuo redimensionamento e cabe à Universidade antecipar-se a elas. Por exemplo: reformando seus currículos, modernizando seus cursos, atualizando seus serviços, ampliando o leque de suas pesquisas e, tanto quanto possível, aproximando-as do setor produtivo. Políticos nesse sentido devem ser claramente formuladas e implementadas para valer sempre que a sociedade sinaliza mudanças em seu interior. É quase óbvio dizer que essas mudanças estão em processo acelerado. Cabe à Universidade saber adequar-se a essas novas demandas.

Se é exato que a Unicamp cumpriu até agora um papel social inegável, nem por isso se pode dizer que conta com todos os mecanismos indispensáveis à execução dessa tarefa. As atividades de extensão, por exemplo, estão a requerer uma sistematização que

permita não apenas sua melhor operação como também uma política de recursos melhor definida. De idêntica maneira, é preciso que, em maior grau, a sempre desejável conexão com a indústria ultrapasse o estágio dos protocolos de intenção, ganhando a forma de interação real e de inserção efetiva da pesquisa acadêmica no setor produtivo.

Avulta mesmo, em nome do compromisso social da Universidade, a idéia de um conselho superior que, integrado por representantes do mundo intelectual, sindical, empresarial etc, passe a atuar como uma espécie de moderador das questões institucionais. Que a Universidade mantenha, de modo formal, um relacionamento com uma entidade que do ponto de vista estrutural lhe seja externa, mas que não lhe seja estranha do ponto de vista das funções sociais, parece-nos mais que desejável. Afinal o tributo da sociedade é que torna possível a existência da Universidade. Todavia é preciso que esse justo afã democrático se faça sem colocar a Universidade no caminho de desfazer-se de si mesma, isto é, na direção da renúncia de valores já conquistados e tão caros à inteligência e à autonomia intelectual de cada um de nós. A própria idéia da avaliação mediante mecanismos externos, quando defendida à margem dos padrões de estrita competência acadêmica e científica, pode beirar a autoflagelação. São coisas a serem discutidas de modo amplo e sereno.

Pode-se apostar, por outro lado, que a natureza do relacionamento com o mundo exterior dependerá em essência da qualidade das relações que se processam internamente. Penso aqui particularmente nas entidades representativas da comunidade universitária. Não há dúvida de que, no estágio de maturidade intelectual que se deseja e continuamente se busca, não é utópica a situação em que o institucional e o sindical coexistam em nome de uma confluência de interesses, embora por caminhos e meios próprios.

Basta lembrar que foi essa visão moderna e produtiva das relações internas que permitiu o vasto processo de discussões setoriais que resultaram no atual estatuto da Unicamp. Tomei parte, como representante docente no antigo Conselho Diretor, da grande comissão que levou às unidades a propos-

ta de criação das Congregações, de sua composição e de suas atribuições. Essa mesma comissão tomou a peito a proposta da criação do Quadro Docente hoje em vigor. Como se sabe, esse trabalho resultou num primeiro momento da institucionalização da Universidade, processo que se consubstanciou logo no início da gestão do reitor Paulo Renato, com a criação do Conselho Universitário e de sua estrutura assessoradora.

Hoje não se pode negar que nossa estrutura institucional é bastante funcional e transparente. Contudo falta ainda discutir e fixar a estrutura dos Conselhos Departamentais e dos Conselhos Interdepartamentais, o que deverá ser feito no início da gestão do futuro reitor; e resta, é claro, adequar o quadro institucional ao quadro jurídico-constitucional do País e do Estado, bem como às determinações legais que decorrem da Lei de Diretrizes e Bases a ser aprovada pelo Congresso. É claro que, a quem tenha uma visão dinâmica do processo social, haverá sempre ajustes que poderão ser feitos na medida em que se impuserem como necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional.

À parte isso, pode-se dizer afinal que as regras de funcionamento da instituição estão fixadas em seus estatutos e nos regimentos internos dos colegiados, fluindo das decisões que emanam dos departamentos e das unidades. Na forma atual, esses órgãos — do Conselho de Departamentos ao Conselho — são soberanos nos limites das atribuições que lhe são fixadas pelas diversas Cartas. Na medida em que, por exemplo, se desencadeia um determinado processo de sucessão (para diretor, para reitor), parece-me fundamental que não haja alteração de regras; o que não significa que, longe dos debates sucessórios e na serenidade das discussões objetivas sobre a necessidade de tornar mais ágil, democrática e eficiente e estrutura universitária, não se deva promover alterações que se façam necessárias em qualquer sentido, e não só no que tange à escolha de seus dirigentes.

A relevância dos temas institucionais reforça a necessidade de uma prática administrativa que contemple a transparência e a descentralização or-

ganizada de responsabilidades. Não obstante esse processo tenha caminhado célebre nos últimos anos, particularmente quanto à distribuição orçamentária, é fato que as unidades querem descentralizar ainda mais. Respeitadas as exigências de natureza legal, é perfeitamente possível e até recomendável que isto se faça, especialmente no sentido de facilitar o trabalho das estruturas de apoio e o cotidiano acadêmico dos docentes.

Tais aperfeiçoamentos no sistema de decisões tornaram-se tão mais factíveis quando se sabe que, ao par da autonomia acadêmica e administrativa que já possuía, passou a Universidade ao exercício de sua autonomia financeira. Essa forma autônoma de gestão, que já dura um ano, mostrou-se até aqui bastante racional — permitindo, por exemplo, que os gastos com pessoal permaneçam na ordem de 80%, ficando os restantes 20% para custeio e investimento. O fundamental é que ao se fixar para docentes e funcionários, juntamente com as Associações, uma fórmula de reajuste automático, garantiu-se o equilíbrio orçamentário que todos desejávamos e, detalhes importante, permitiu-se inclusive certa recuperação de perdas decorrentes da aceleração inflacionária.

É bom lembrar que, além dos recursos orçamentários, tem demonstrado a Universidade boa capacidade de captação de outros recursos graças a seu prestígio e não raro ao esforço individual de seus pesquisadores. É indispensável que a política de captação institucional maciça tenha seqüência e se poupe o acadêmico, sempre que possível, do esforço desgastante de fazer a sua política de balcão junto às agências de fomento. Mecanismos especiais nesse sentido devem ser criados para que passem a funcionar como uma linha auxiliar do pesquisador.

Trata-se, enfim, de atender às demandas internas ainda reprimidas, seja no incentivo a projetos que aguardam o melhor momento de virem à luz, seja no permanente reclamo por espaço físico — não obstante os 220 mil metros quadrados de área coberta executados nesta gestão —, seja, finalmente, na garantia de manutenção daquela serena estabilidade indispensável à criação intelectual livre e enriquecedora.



Pesquisa, universidade e sociedade

O orçamento de Ciência e Tecnologia para 1990 que a esta data (9 de novembro) está sendo discutido no Congresso, é muito ruim. Não cabe aqui discutir esse orçamento e sim o porque de os representantes do povo brasileiro, democraticamente eleitos, mostrarem uma tal insensibilidade às necessidades da Ciência e Tecnologia, como temos podido observar.

Esta insensibilidade tem raízes muito profundas, em uma cultura em que as artes e as humanidades sempre tiveram mais vigor que as ciências naturais. Por outro lado, tecnologia sempre foi uma idéia estranha a esta cultura.

Houve mudanças, em tempos recentes. É inegável que o sonho tecnocrático do Brasil Grande percebeu que nos faltam tecnologia e ciência; isto logo gerou medidas para a superação desta deficiência: a reforma da universidade brasileira, a criação do FUNTEC e da FINEP, a reforma do CNPq e o apoio a novos modelos universitários (COPPE, Unicamp, PUC/RJ) mais engajados no desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Os resultados positivos e negativos destas mudanças são conhecidos de todos, e eu creio poder dizer que o saldo foi positivo. Uma evidência do reconhecimento deste saldo está nas recentes constituições estaduais, nas quais vários legislativos incluíram dispositivos de vinculação de receita tributária ao fomento à ciência e tecnologia.

O que foi feito no estado de São Paulo, há quase trinta anos, é hoje realidade para muitos estados.

Portanto, se há insensibilidade na esfera federal, há uma expectativa positiva e um voto de confiança na esfera dos estados.

Os agentes da confirmação ou não destas expectativas somos nós, pesquisadores e docentes universitários, juntamente com os pesquisadores dos Institutos e de empresas.

O que se espera de nós? É difícil saber com certeza, porque a falta de um projeto nacional, de um projeto de desenvolvimento industrial e agrícola e de um projeto de desenvolvimento cultural impede que os papéis e as tarefas sejam explicitados. Por outro lado, de onde virão estes projetos? A esta altura, é difícil saber se o resultado das próximas eleições levará à existência e execução destes projetos.

Por outro lado, a existência de um projeto nacional e dos outros projetos acima indicados tem que ser feita por alguém. Até um certo momento, basta enunciar grandes diretrizes e os pontos de filosofia básica. Em algum instante se torna necessário definir objetivos específicos, metas, cronogramas, estratégias; a opção é o casuismo, o "achismo" e a frustração.

E aqui é que as coisas ficam complicadas. Não faz parte da nossa cultura universitária o hábito do plano, do programa, do projeto. O que às vezes apresentamos com esses nomes são coisas muito pequenas ou simples arremedos. O meu Departamento não tem nada que se pareça com uma explicitação do que ele pretende ser, ou vir a ser. Estou certo que o mesmo se passa com os Departamentos dos eventuais leitores, com as suas Faculdades ou Institutos e com a sua Universidade. Quem não conseguiu ainda passar por esse exercício no plano doméstico não deve conseguir passar por ele em um plano maior, no plano nacional. E assim somos nós.

A continuarmos assim, estaremos sempre dependentes de soluções emanadas de um grupo de tecnocratas, ou de um partido (se algum partido conseguir chegar a propor soluções), ou do exterior. E não queremos isto.

Portanto, precisamos de uma reflexão; precisamos de respostas a algumas perguntas: o que a Universidade se propõe a ser e fazer? Qual é, nessa Universidade, o papel da pesquisa? A primeira pergunta, deixo para outra ocasião.

Quanto ao papel da pesquisa na universidade, creio que a existência de pesquisa é o que diferencia a Universidade de uma simples instituição de ensino de terceiro grau ou de uma mera formadora de pessoal apto a ser mastigado pelo mercado de trabalho. Mais, a prática da pesquisa é que diferencia o professor universitário do mero repassador de informação mal escolhida, mal avaliada e mal digerida.

Na minha opinião, não se coloca a questão da validade ou não da pesquisa na universidade, porque esta questão já está respondida a priori.

Uma segunda questão diz respeito ao "tipo" de pesquisa: básica, aplicada, tecnológica, etc. De novo, acho que a Universidade não deve se preocupar com os rótulos da sua pesquisa. Precisamos gerar conhecimentos novos, significativos e que atendam às necessidades culturais, sociais ou econômicas. (Se um certo conhecimento puder atender aos três tipos de necessidades ao mesmo tempo, melhor para todos).

O projeto cujo resultado é um protótipo de alguma máquina é tão bom quanto o projeto cujo resultado é um "paper" — o essencial é que a máquina seja de boa qualidade e atenda a alguma necessidade real, e que o "paper" seja de boa qualidade e contribua para o conhecimento.

Não se trata de escolher entre um e outro tipos de pesquisa: trata-se de conseguir uma produção distribuída, equilibrada e que mereça o respeito daqueles a quem ela se dirige.

Uma terceira questão diz respeito a quem paga a conta da pesquisa. Quanto a isto, acho que andamos dentro de um sistema que já foi razoável e que tem mostrado melhoras e piores. Não nego que tenho as maiores restrições possíveis contra a gestão intramuros de recursos substanciais para pesquisa. Simplesmente, não é possível que se tenha uma boa sistemática de gastos sem um bom acompanhamento, e não há acompanhamento decente em um sistema restrito a uma universidade. Ao orçamento de uma universidade cabe apenas apoiar atividades seminais: docentes recém-contratados dentro de uma política rigorosa, projetos novos e arrojados. Não deve caber às universidades o custeio regular de projetos de pesquisa, exceto no que diz respeito a parte do pessoal (docentes e técnicos) e à infraestrutura. Aquisições de equipamento, de material de consumo, diárias, despesas de viagem e de trabalho de campo, etc. devem ser custeados com recursos de agências externas à universidade, que tenham procedimentos transparentes e rigorosos, em obediência a diretrizes bem formuladas.

Em resumo, precisamos de recursos e precisamos de uma boa gestão dos recursos. Precisamos de planos e programas para podermos dimensionar os recursos e para sabermos se eles foram bem aplicados. Precisamos gerar, através da nossa atividade de pesquisa, conhecimento que vá de encontro aquilo que satisfaça às necessidades da sociedade que, sabendo ou não, sustenta a satisfação das nossas próprias necessidades.

Em quem vou votar para reitor?

Votarei no candidato que atenda aos seguintes aspectos:

— como escrevo entre o primeiro e o segundo turnos da mais importante eleição já realizada em nosso país, cujo primeiro turno foi marcado pela polarização ideológica e não há porque achar que esse aspecto será diferente no segundo, o candidato a reitor em quem vou votar deve possuir uma posição firme. Em princípio porque qualquer posição política deve ser firme. Em segundo lugar porque há um claro divisor de águas no segundo turno: os interesses da maioria da população contra a manutenção da dominação secular das oligarquias. Esta cidade/universidade já manifestou em várias prévias que se posiciona da centro-esquerda à esquerda. Ocorre que no segundo turno, nesse espectro, só há a candidatura Lula. Não posso admitir, portanto, qualquer manifestação a favor dos interesses oligárquicos por parte do candidato em quem votarei, e tampouco uma indefinição por conveniência.

— em consonância com o aspecto anterior desenvolva uma gestão democrática — onde destaca-se o respeito às opiniões e idéias divergentes — voltada para os interesses da população e contra as investidas privatistas e privatizantes no ensino e nas pesquisas.

— ao longo de suas atividades tenha demonstrado agir como uma pessoa que não tenha alterado seus procedimentos, e modo de ser, em quaisquer dos cargos porventura exercidos; portanto, no cargo-transitório que pleiteia não se considere REI-t(h) or, um ser acima dos demais, quicá unguído por um deus para desempenhar missão (*).

— que seja cineasta disposto a dirigir filme diferente deste: entre sete e oito horas, de segunda a sexta, uma enorme quantidade de ônibus fretados e carros aglomeram-se ao chegar na Cidade Universitária em Barão Geraldo. Portas e janelas são abertas. Luzes acesas. Há indícios de começo de vida. Entre dezessete e dezoito horas, portas e janelas são fechadas. Luzes apagadas. A mesma aglomeração de carros e ônibus toma sentido contrário aquele do início da manhã. Heroicamente resistem apenas o IMECC, ambulatório e HC, recentemente a Biblioteca Central e vêm-se poucos carros estacionados e raras luzes acesas. Há indícios de predomínio da não-vida. É como uma cidade funcionando por impulsos regulares. Como isso pode ser mudado?! Abordarei esse assunto mais adiante.

— a Unicamp não deve, somente, relacionar-se com o conjunto da sociedade-ampla que faz parte. A cidade (universitária) não pode ser um enclave geográfico e cultural; ela está e faz parte de Barão Geraldo, Campinas e região. Cidade do porte da Unicamp não pode, e nem deve, continuar poluindo hídrico da região. Mesmo que parcialmente. Pode-se começar a superar o enclave cultural abrindo a Biblioteca Central aos fins de semana voltada para público diferente: os moradores de Barão, Campinas e região.

— educação, saúde e saneamento básico são pontos prioritários em quaisquer programas de governo de esquerda e/ou centro-esquerda em nosso país; terá isso alguma coisa a ver com a Cidade-Unicamp? Creio que sim! A área de saúde é contemplada com um complexo de tratamento clínico e hospitalar que muito nos orgulha e que

deve corresponder a boa parte do orçamento da Unicamp. E note-se que o orçamento da Unicamp é MAIOR que o do município de Campinas — que inclui a cidade e mais quatro sub-districtos. Nosso orgulho do complexo de saúde não impede, porém, de registrar o quanto o atendimento é demorado em inúmeras situações. Sobre saneamento básico já me referi um pouco. E a Educação?!

— não basta falar em melhorar a qualidade da graduação e aprimorar a pós-graduação. Creio ser necessário e urgente RE-pensar e RE-forçar nossa Faculdade de Educação. Incentivá-la a desempenhar papel decisivo na universidade. Antes, porém, é necessário lembrar que estou me referindo a uma profissão — educador — que foi profundamente atingida e desvalorizada pelas dezenas de anos de ditadura e séculos de dominação das oligarquias em nosso país. RE-forçar a Educação significa chamá-la a colocar na prática da Unicamp o conjunto de propostas educacionais ali desenvolvidas revertendo, num primeiro momento, em benefício de nós mesmos. Afinal exercemos uma das profissões para a qual não se exige habilitação: professor no nível superior. Em princípio basta possuímos uma graduação específica. Por que não nos voltarmos para nossa Faculdade de Educação e reivindicarmos que ela participe ainda mais de nossa formação profissional?! O mesmo se aplica em relação à possibilidade de contribuímos com a escola pública de 1º e 2º graus.

— O filme anteriormente relatado pode vir a ser outro se começarmos a acender as luzes à noite e deixarmos abertas portas e janelas. Isso pode significar o funcionamento noturno de nossa universidade. Com cursos noturnos. Os mesmos fornecidos durante o dia?! Não necessariamente. Que fal fornecer outros que possam, sem prejuízo da qualidade, dar possibilidade de disputa àqueles que trabalham o dia inteiro?! Administração pública, Secretariado, Técnicos de Nível Superior, etc... e alguns que já são oferecidos de dia poderiam abrir a Unicamp à noite. Será que os vestibulandos seriam os mesmos nos dois períodos?! Creio que não. É só ver a experiência do IMECC. Pelo imediato funcionamento da universidade à noite, sem que isso signifique repetir os mesmos cursos diurnos.

— para terminar, creio que o candidato em quem votarei deve comprometer-se a agilizar e fortalecer as câmaras — graduação, pós-graduação, administração, ensino e pesquisa — e o próprio CONSU, e ao mesmo tempo empenhar-se em desativar um organismo — paralelo — que não existe nos Estatutos da Unicamp mas que funciona na prática: reunião do reitor com o conjunto dos diretores de unidade.

O espaço está acabando e não escrevi sobre centro cultural, prioridades em pesquisa, extensão, universalidade do conhecimento, etc... porém foi uma escolha deliberada a de chamar atenção para aspectos que não são usualmente levantados. Não deve custar muito, entretanto, refletir um pouco sobre os pontos abordados acima. Boas eleições e bons resultados para todos nós (e)leitores.

(*). Esses aspectos são absoluta e igualmente prioritários. Os seguintes não estão ordenados em importância, mesmo que alguns ocupem mais espaço que outros.

Fernando Galembeck
IG

C. A. Lobão Cunha
IG

Extensão Universitária

As atividades desenvolvidas pelos professores na Universidade podem ser classificadas em três categorias convencionais: ensino, pesquisa e administração. Essas atividades estão interligadas, e os docentes se ocupam delas em intensidades variáveis de acordo com: os estágios atingidos na carreira acadêmica, os programas de trabalho estabelecidos pelos Departamentos, e as vocações profissionais. As atividades de ensino comumente se concentram nos cursos de graduação e de pós-graduação, e excepcionalmente nos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização. Pode-se considerar como atividades de ensino, além do ato de dar aulas: a pesquisa bibliográfica para a preparação das aulas, a elaboração de textos e livros didáticos, a orientação dos alunos nos estudos, a organização de experiências de laboratório e de campo, a correção de provas e trabalhos dos alunos.

As atividades de pesquisa - conduzidas na maioria das vezes de forma associada ao ensino de graduação, através das bolsas de iniciação científica e de monitorias concedidas aos alunos de graduação, e, principalmente, ao ensino de pós-graduação, com apoio de bolsas de mestrado e doutorado para os alunos de pós-graduação - se desenvolvem em diversas etapas que se iniciam na definição do assunto e do objetivo do trabalho, pesquisa bibliográfica, no planejamento dos experimentos ou de atividades de campo, na obtenção e análises dos resultados e nas conclusões, na apresentação de dissertações, teses, monografias e na divulgação - na forma de trabalhos - em eventos (congressos, simpósios, etc.) e como publicações em revistas e outros meios de comunicação escrita. Nas atividades de pesquisa pode-se incluir a orientação de dissertações e teses, a concepção e condução de projetos de pesquisa, e a organização de grupos e núcleos de pesquisa.

Nas atividades de administração têm características muito diversificadas dependendo da função exercida, tanto a nível executivo (como, no âmbito de uma faculdade ou instituto: presidência de comissões executivas, coordenação de laboratórios, coordenação de convênios, coordenação de projetos de pesquisa, coordenação de cursos, chefia de departamento, diretoria) como a nível legislativo (como, ainda no mesmo âmbito: membro de comissões legislativas, membros de conselhos e congregações).

Os Estatutos da Universidade mencionam explicitamente, como objetivo da instituição a condução de atividades de ensino e pesquisa e as atividades de extensão de serviços à comunidade. Então, antes de se procurar realizar as atividades de extensão universitária é importante conceituá-las de maneira explícita e coerente com as demais atividades. Para tanto, convém inicialmente fazer comparações com as atividades-fins de ensino e pesquisa, deixando a parte as atividades administrativas que são evidentemente atividades-meio.

O que se pode entender como atividades específicas de extensão na área do ensino já mencionadas? O ensino de graduação e pós-graduação já é um atendimento das necessidades da comunidade no que se refere à formação de profissional e cultural, particularmente da juventude. O ensino nos níveis denominados de extensão (nesse caso, o conceito de extensão é aplicado de forma restrita), aperfeiçoamento e especialização também atende às necessidades mais específicas de formação de recursos humanos da comuni-

dade. Então, por que destacar o ensino nesses últimos níveis dos primeiros - para efeito de sua conceituação e operacionalização na Universidade - se ambos têm como objetivos servir a comunidade e são etapas sequenciais de um mesmo processo de formação de recursos humanos? A rigor, não há necessidade de destaque, e todas as atividades de ensino nos diversos níveis podem ser conduzidas pelos docentes, com critérios gerais estabelecidos pela Universidade e de acordo com os procedimentos operacionais determinados pelas Unidades; ou seja, não há necessidade de se criar uma estrutura operacional fora das Unidades para a condução das atividades de ensino de extensão, aperfeiçoamento e especialização. As características de cada curso, ou de cada conjunto de disciplinas, serão naturalmente estabelecidas pelos entendimentos diretos entre os docentes das Unidades, de forma coordenada, e os representantes da comunidade (como os gerentes de recursos humanos das empresas, diretores de entidades científicas ou dirigentes de órgãos governamentais.)

O que se compreende como atividade específica de extensão na área de pesquisa? A pesquisa visa, de uma forma geral e considerando o senso comum, criar novos conhecimentos e desenvolver novos sistemas de pensamento que possam ser de utilidade para a comunidade. Como se pode separar da atividade de pesquisa uma parte que seria classificada especificamente como de extensão? Mais uma vez, somente o entendimento direto entre o docente (obrigatoriamente pesquisador) e os representantes das diversas entidades externas à Universidade pode conceber e conduzir, de acordo com os princípios gerais estabelecidos pela Universidade e pelas Unidades, os programas de pesquisa que melhor atendem as necessidades da comunidade representadas por essas entidades (empresas, órgãos governamentais e instituições diversas).

Em resumo: as atividades principais de extensão de serviços à comunidade são aquelas que já estão incluídas nas atividades referentes ao ensino e à pesquisa. O que se pode sugerir, quando for o caso, é apenas um aumento da intensidade de atividades de entrosamento com entidades externas - ligadas ou não ao sistema produtivo - em face das vantagens inerentes que decorrem do trabalho cooperativo como: aumento da sensibilidade para avaliar as reais necessidades da comunidade, orientação mais objetivada das atividades, captação de recursos financeiros e materiais extra-orçamentários, obtenção de complementações salariais e, acima de tudo, a sensação de se estar realizando um trabalho efetivamente útil para a comunidade.

Resta, finalmente, discutir se outras atividades realizadas pelos docentes - e que poderiam ser classificadas fora das atividades típicas de ensino e pesquisa - deveriam efetivamente ser conduzidas na Universidade. Essas atividades se caracterizam pela prestação de serviços assistenciais (na área de saúde, da educação e da habitação), de serviços rotineiros de engenharia (ensaios, laudos, projetos), de apresentação pública de espetáculos artísticos rotineiros e outros mais. Contudo, essa discussão - que é importante ser realizada, particularmente em face dos recursos humanos e materiais escassos na Universidade - deve ficar para outra oportunidade, pois muitas outras considerações, que precisariam ser realizadas, ultrapassam o âmbito deste artigo de dimensões limitadas.

Pós-graduação: perspectivas

Agradeço a ADUNICAMP pelo convite de escrever este texto pois acredito que o momento seja oportuno, para fazer uma reflexão crítica a respeito das atividades desenvolvidas nos diversos programas de Pós-Graduação da UNICAMP. De fato, nossa experiência passada foi recentemente consolidada no novo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação, já em vigor, sendo portanto imperativo fazer um balanço das atividades em andamento e definir claramente os balizamentos mais significativos de nossa linha de ação futura.

Os dados fornecidos em seguida, dizem respeito à Faculdade de Engenharia Elétrica (FEE). Serão tomados como base para a discussão, para propor correções de alguns rumos, reforçar e enfatizar outros e explicitar metas plausíveis e factíveis de serem atingidas. Neste sentido, embora possíveis, generalizações para outros programas devem ser feitas com a devida cautela.

Inicialmente, é importante nos situarmos no contexto nacional. O último relatório de avaliação da CAPES que dispomos, traz informações dos programas de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica do Brasil, referentes aos biênios 84/85 e 86/87. Como muitas unidades da UNICAMP, ocupamos um lugar de destaque. De fato, junto com a UFRJ e PUC/RJ obtivemos conceito "A" nos programas de Mestrado e Doutorado em ambos os biênios. Este fato torna-se mais importante, na medida que dentre as várias Instituições Paulistas analisadas (incluindo: Escola Politécnica da USP, USP/São Carlos e ITA/CTA) fomos os únicos a alcançar o conceito máximo.

Por outro lado, no contexto interno, algumas decisões importantes foram recentemente tomadas, ensejadas pelo novo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação. É preciso enfatizar que o Regulamento Geral tem muitos aspectos positivos, em particular, permite que, cada unidade implemente soluções próprias para seus problemas. Do Regulamento do Curso de Pós-Graduação de FEE, gostaria de ressaltar os seguintes pontos importantes: 1) Redução da duração máxima para conclusão, do Mestrado para 3 anos e do Doutorado para 5 anos; 2)

Nova composição da Comissão de Pós-Graduação, 3) Estrutura Acadêmica com um único Orientador, 4) Limitação do número de Orientados por Orientador em sete; 5) Critérios claro e explícitos para desligamento do curso e 6) Definição do número mínimo de créditos para os programas de Mestrado e Doutorado que foi mantido em 24 mas agora inclui a consignação de créditos para atividades relativas à elaboração das respectivas teses.

Entendo que os programas de Mestrado e Doutorado, devem ser encarados, em situação normal, como complementares. Normalmente, o primeiro é seletivo para o segundo e pode inclusive, ser terminal. Para aqueles que desejam cursar o Doutorado, o Mestrado constitui uma etapa. Neste caso, esta divisão é formal mas importante, na medida que deve ser usada para aumentar a eficiência do conjunto. O número médio de anos necessários para a titulação é uma medida desta eficiência e deve por conseguinte ser objeto de constante controle e preocupação. Até 1987, os tempos médios para a titulação na CPG/FEE eram respectivamente 41 meses para o Mestrado e 66 meses para o Doutorado. É preciso diminuí-los, mantendo a qualidade dos programas, para respectivamente 24 e 48 meses.

Isto pode ser viabilizado, lembrando que para o Mestrado, o mais importante é a formação Acadêmica (conjunto de disciplinas), enquanto que para o Doutorado a tese é fundamental. Ou seja, é preciso diminuir as horas em atividades didáticas para em contra-partida, aumentar a disponibilidade para a dedicação em atividades de pesquisa. Às custas de um enorme esforço, a CPG/FEE está oferecendo este ano, aproximadamente uma centena de disciplinas. Este número pode ser reduzido após uma criteriosa revisão das ementas, evitando repetições de tópicos e criando um conjunto de disciplinas que sejam obrigatoriamente oferecidas com periodicidade previamente definida.

No que diz respeito ao número de alunos da CPG/FEE, é grande se compararmos com outras unidades da UNICAMP. Isto por si só, não é um fato negativo. Ao contrário, atesta um certo sucesso, mas causa preocupação:

	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
Alunos Regulares	434	186	620
Alunos Especiais			287
Total de Alunos Matric.			907
Alunos em Tese	136	74	210
Teses Defendidas (1º Jan/10 Nov)	39	10	49
Bolsistas	151	37	188
Nº de Inscrições			471
Nº de Inscrições Aceitas			211

Dados da CPG/FEE Relativos ao ano de 1989.

Não é possível ficar alheio e deixar de evidenciar a enorme demanda de novas inscrições de alunos oriundos dos diversos Estados da Federação e de outras Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento que, inclusive, ajudam a criar nas proximidades da UNICAMP, tais como: CPqD (TELEBRÁS) e CTI (MCT).

No decorrer dos últimos anos, este quadro levou a uma séria distorção. De fato, acredito que exista um contingente importante de alunos regulares que estão mais interessados em participar dos cursos oferecidos pela Pós-Graduação, do que em completar os programas de Mestrado e Doutorado. O mesmo raciocínio, vale infelizmente para os alunos matriculados somente nas disciplinas tipo "Tese". As matrículas nestas disciplinas têm sido adotadas, em muitos casos, a meu ver, somente como forma de manter o vínculo do aluno com a Pós-Graduação.

É portanto fundamental, classificar rigorosamente os alunos segundo Regulares (aqueles que sequestram os programas de Mestrado ou Doutorado) e Especiais (aqueles que prioritariamente desejam formação acadêmica atualizada).

Essa classificação deve evidenciar as reais ne-

cessidades de orientação e definir claramente com quem podemos contar para levar a cabo os diversos projetos de pesquisa. Ademais, seria extremamente importante que a grande maioria do nosso corpo discente tivesse o perfil clássico do estudante de Mestrado e Doutorado, em termos de disponibilidade de tempo e formação técnica. Por outro lado, é necessário observar o número máximo de orientados por orientador para que a orientação seja mais adequada e eficiente e também, oferecer o maior número de vagas possível disciplinas, para atender a demanda global sempre crescente.

Finalizando, devo ressaltar que o aqui exposto tem o único objetivo de iniciar uma discussão proveitosa para a definição e consolidação dos rumos futuros dos programas de Pós-Graduação. Enfim, a troca de experiência e participação de todos são fundamentais.

Ettore Bresciani
FEC

José C. Gerome I
Coord. CPG/FEE

Administração, autonomia e responsabilidade.

Toda estrutura envolvendo um grupamento de pessoas com a finalidade de trabalhar em equipe visando cumprir um conjunto de tarefas demanda que pelo menos um dos membros dessa equipe exerça a árdua tarefa de coordenar ou administrar para que os objetivos sejam alcançados. Os conceitos de cumprimento de prazos, custo operacional, autonomia e responsabilidade de cada membro e da equipe como um todo, são variáveis importantes na avaliação da eficiência ou desempenho na execução de tarefas.

Como indivíduo, cada membro de uma equipe tem sua própria escala de valores, cabendo ao administrador minimizar as divergências de conceito, tornando a equipe a mais homogênea possível, sem, entretanto, ferir a individualidade e/ou dignidade de cada um. Um trabalhador desmotivado, ferido no seu orgulho, pode prejudicar toda a equipe. Entretanto, é bom lembrar que a realidade de um administrador na atual conjuntura da sociedade é bastante incômoda, pois administrar na expectativa de agradar a todos é tão utópico quanto ter a pretensão de solucionar todos os problemas.

Quando se refere à administração pública, em geral ninguém quer assumir a responsabilidade de cobranças, nem de ser cobrado, a exemplo do que se faz normalmente na empresa privada. Na administração pública, por não existir a figura do dono ou do patrão, o chefe normalmente é visto como um privilegiado, independentemente da sua capacidade de liderança e de ter sido ou não eleito. Dentro desse contexto a administração torna-se emperrada, cheia de normas e regras puramente burocráticas onde o verdadeiro objetivo do trabalho passa para planos secundários. Nessa inversão de valores a luta pelo poder de comandar ou de administrar assume puramente o caráter de uma disputa por vantagens pessoais, onde a competência administrativa geralmente é relegada para o último plano. Nessas condições não há uma expectativa em termos de eficiência, nem do administrador, nem do administrado, uma vez que não há um plano de ação onde os resultados possam ser avaliados ou comparados. Não há também por parte do todo interesse nessa avaliação, a inércia e a burocracia justificam-se por si só.

Com a autonomia universitária a administração terá que assumir um caráter de maior objetividade, uma vez que a aplicação dos recursos terá que receber uma melhor avaliação no que se refere à relação custo-benefício, o que passará a exigir algum parâmetro de eficiência, principalmente no tocante ao serviço de apoio operacional e administrativo. Não podemos portanto continuar nessa ineficiência.

A situação na Unicamp é bastante crítica, muita aquém do desejado pela maioria dos docentes. O problema não é somente estrutural, há um desinteresse coletivo e contagiante. Pela falta de transparência nas definições de responsabilidade e na seqüência hierárquica das funções há um descompromisso com a cobrança, reconheci-

mento e estímulo da eficiência. Por outro lado, o corporativismo existente resulta numa cumplicidade, onde o comodismo e a omissão das chefias imediatas, dos órgãos colegiados e da comunidade interna como um todo acabam gerando uma estrutura viciada, carente de responsabilidade e totalmente ineficiente. Nessa estrutura o conceito de autoridade se dilui, torna-se mais cômodo deixar as decisões para instâncias superiores, o que, em geral, resulta na ausência de decisões, principalmente aquelas mais delicadas ou difíceis — alguém já acompanhou um processo de demissão de um servidor público?

Para que o sistema funcione têm que assumir a responsabilidade pelos seus atos dentro do contexto, direitos e deveres. O administrador que se omite, seja por excesso de tolerância, seja por receio de se queimar, está praticando um ato de injustiça para com aqueles que cumprem o seu dever e, invariavelmente, está estimulando a ineficiência do conjunto. A falta de decisão administrativa e a falta de cobrança coerente convivem com a falta de reconhecimento daqueles que são mais eficientes, mais cumpridores com os seus deveres e, porque não dizer, mais honestos. Não é possível conceber um sistema ou equipe eficiente sem que haja algum tipo de avaliação ou comparação frente a algum parâmetro ou critério padrão. Não dá também para acreditar no sistema quando aqueles que insistentemente desviam-se desse padrão mínimo permanecem impunemente dentro da equipe, ou são simplesmente deixados de lado como um peso morto.

Dentro de um sistema como o da Unicamp onde um dos grandes problemas é o elevado número de servidores, não se pode ter a ilusão de resolver a situação simplesmente por decreto, há necessidade de um planejamento a médio prazo onde a eficiência deve ser maximizada através de treinamento, realocação de servidores e adoção de um sistema de cobrança permanente e em todos os níveis. Todos devem ser estimulados — na atual conjuntura o que rende mais não é a eficiência mas sim o clientelismo, a politicagem e o corporativismo.

Fala-se muito em democracia, onde todas as funções administrativas devem ser preenchidas através do voto e todos os conselhos devem ser eleitos e representativos; todavia na prática do dia-a-dia vêem-se muitas contradições. A colaboração da comunidade para que o eleito exerça uma boa administração é quase que inexistente; em geral, as ações são egoisticamente individualizadas, há uma preocupação muito maior em criticar simplesmente do que em aderir à vontade da maioria, até mesmo aqueles que ajudaram a eleger frequentemente comportam-se como oposição. A meu ver democracia deve começar no indivíduo, estabelecendo uma ordenação na sua escala de valores, oferecendo o seu voto em função das qualidades e capacidade de liderança do candidato e, finalmente, disposto a colaborar efetivamente para que o eleito cumpra com sua tarefa.

A avaliação da Universidade

A Universidade Pública deve, necessariamente, ser submetida a um processo constante de avaliação que considere ensino (graduação e pós graduação), pesquisa (incluindo extensão) e administração.

A avaliação da pós-graduação, e em consequência, de parte da pesquisa a ela associada, vem sendo conduzida a contento pelo MEC através da CAPES. Infelizmente em relação ao ensino de graduação a única avaliação existente é a da revista Playboy, que considera também os programas de pós-graduação, cuja metodologia não pode ser considerada isenta de distorções. A avaliação da administração da Universidade é absolutamente inexistente!

A Universidade é um subconjunto da sociedade brasileira refletindo suas qualidades e defeitos. Temos aqui professores que não dão aulas e docentes em tempo integral residindo em outras cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro e até Brasília! Incluem-se nesta lista chefes de departamento e até um diretor, nos bons tempos do cruzado. Temos também professores que se apropriam do trabalho alheio através de plágio comprovado sem que nada lhes aconteça, concursos realizados em fim de semana, etc... Apesar disso a Universidade, não sem razão, goza de reputação e prestígio no país e no exterior, graças à parcela de docentes preocupada com o trabalho acadêmico.

Quando se fala em avaliação, pensa-se imediatamente nos docentes que ensinam e fazem pesquisa. Para mim, a avaliação deve incluir também os "professores" que não sujam suas mãos de giz e o pessoal docente envolvido na administração: reitor, vice-reitores, diretores, prefeito, chefes de departamento.

Em relação à avaliação docente, tenho uma experiência de quinze anos, no país e também no exterior. Trata-se de um assunto extremamente controverso e sensível. Em geral, este tipo de avaliação é realizado através de questionários que os alunos preenchem ao final de período letivo. Na eventualidade de um programa

deste tipo vir a ser implantado pela próxima Reitoria da UNICAMP, quero deixar, a título de contribuição, os seguintes comentários:

1. Este programa não pode ser implantado insoladamente, sem haver avaliação da pesquisa e da administração. Não é justo que "professores" que não dão aulas fiquem isentos de avaliação. A avaliação deve ser para todos!

2. No momento não existem mecanismos para promover docentes baseados em um desempenho da função docente.

3. O questionário não poderá ser único para poder atender às especificidades dos cursos desta Universidade (exatas, humanas, biológicas, artes, educação física) bem como das disciplinas (laboratórios, seminários, aulas expositivas, aulas em campo).

4. A comissão encarregada deste programa deverá estar aparelhada para identificar possíveis distorções nas avaliações de determinados docentes.

5. É preciso saber como serão processados os resultados, quem se encarregará de examiná-los e interpretá-los e de que maneira estes resultados serão divulgados. Por exemplo, nos Estados Unidos, em geral, somente o docente avaliado e o chefe do departamento têm acesso aos resultados individualizados que são na forma da avaliação do docente comparada com a média do departamento.

Em resumo, quero dizer que avaliar a Universidade na sua totalidade é uma necessidade que se impõe. Trata-se de um processo delicado mas que deve ser conduzido por uma equipe aparelhada e preparada para esta tarefa. Acredito que aqui na UNICAMP não seja difícil reunir um grupo de pessoas com disposição e competência para iniciar estas discussões e, em futuro próximo, propor uma metodologia que seja aceita por toda a comunidade acadêmica.

José Sátiro
FEA

Luiz F. Milanez
FEC

MICRO COMPUTADORES E PERIFÉRICOS

JJC e ADUNICAMP

Seguro contra:
*Fogo/raio/explosão
*Roubo
*Danos elétricos
*Alagamento/inundação
*Impacto de aeronave

Importância segurada: 11.600 BTNf
Custo por um ano: 90 BTNf
Este seguro é corrigido por BTNf

INFORMAÇÕES

Adunicamp: 39.1148 ou 39.1301 ramal 3152
União Continental de Seguros: 32.2189
JJC Corretora: 31.2716
Plantão aos sábados e domingos.

Graduação: por um novo consenso

O sistema de ensino universitário vigente não é um fato da Natureza, nem um mandado divino. É o resultado de um relatório elaborado pelo General Meira Mattos em 1968.

Tratavam de copiar o sistema norte-americano, interessante objetivo, porém difícil de conseguir e questionável como objetivo em si, já que é duvidoso que o sucesso científico e tecnológico dos EUA se deva a sua política de ensino de massas.

Acabamos nos acostumando a esse sistema onde os nomes das disciplinas parecem placas de automóveis, e aceitando-o como essencialmente correto, com seus catálogos volumosos de ementas suculentas para inglês ver, com sua departamentalização com pretensões de racionalidade, com seu vestibular com pretensões de equidade.

Havia, por assim dizer, um consenso em torno do sistema. Com efeito, as críticas mais lúcidas se concentravam em propor diversas estratégias para o professor em sala de aula, aceitando que a fragmentação, burocratização e formalismo que o sistema impunha ao processo de aquisição de conhecimento, eram males menores que um bom desempenho do docente podia contornar.

Muitos anos depois, e no marco de uma abertura democrática que não termina nunca, parece estar surgindo na comunidade docente um novo consenso, que pode representar o colchão necessário para mudanças estruturais.

Partimos do diagnóstico de que os resultados até agora obtidos são deprimentes. A maioria dos graduados em nossas universidades (pelo menos em Ciências) não dominam os fundamentos nem a linguagem das disciplinas que abraçaram (pessoalmente, gostaria que a situação dos graduados em Medicina fosse diferente, o que duvido...). É normal que recusemos a admissão na Pós-Graduação dos próprios graduados que ajudamos a formar. Estes acabam se perdendo num mercado de tra-

balho secundário (por exemplo, matemáticos empregados como analistas de sistemas), ou acabam reproduzindo sua desorientação como professores de universidades e colégios do Brasil continental.

Os pontos fundamentais em torno dos quais se estrutura o novo consenso, dolorosamente ruminados por grupos de docentes para os quais a frustração na atividade de ensino não chega a ser compensado pelas delícias da pesquisa, são os seguintes:

1) Contra os currículos com muitas disciplinas: excesso de disciplinas é sinônimo de excesso de informação e de detrimen- to dos fundamentos. Assim, paradoxalmente, a informação conspira contra a possibilidade de adquirir nova informação. Em Matemática Aplicada introduzimos em 1986 um novo currículo onde a carga horário dos estudantes e número de disciplinas por semestre são sensivelmente reduzidos. Tratava-se de que o estudante tivesse o tempo necessário para encarar a aprendizagem de maneira ativa, e que deixasse de ser uma máquina de fazer provas (da ordem de 20 por semestre, antes da reforma). A filosofia do novo curso não foi até agora bem compreendida pelos estudantes nem por nós mesmos, docentes, mas é provável que estejamos no bom caminho se os outros pontos do "consenso" forem implementados.

2) Contra o paternalismo: os estudantes universitários são adultos, ou deveriam sê-lo, ou deveriam ser tratados como tais. Existem muitas atitudes paternalistas, algumas repressivas, e outras de uma indulgência pegajosa. O paternalismo conspira contra a liberdade do estudante, contra sua independência, portanto contra sua capacidade de iniciativa e criatividade, e contra a racionalidade de suas escolhas. O sistema vigente favorece o paternalismo porque toda decisão sobre o andamento de uma disciplina cabe a um único professor que pode ajudar as regras do jogo de manei-

ra mais ou menos arbitrária, e tem relacionamento pessoal e direto com os alunos. Se isso se converter num relacionamento paternalista (de amor e/ou ódio) depende da personalidade do professor, mas algumas medidas para mitigar o prejuízo poderiam ser tomadas. Por exemplo, exames finais obrigatórios nas disciplinas básicas, administrados por professores diferentes dos instrutores da matéria, aproveitando para isso os meses de julho, dezembro e fevereiro, hoje desperdiçados do ponto de vista do ensino.

3) Atividade versus Passividade: o matemático P.T. Halmos expressou este ponto do consenso de maneira magistral: "A melhor forma de aprender é fazer. A pior forma de ensinar é falar". A frequência e extensão das aulas expositivas devem ser reduzidas ao máximo. A maior parte da aula deve ser baseada em atividades dos estudantes (atividades "práticas" e atividades "teóricas") e o professor deve ser essencialmente um coordenador de atividades.

4) Avaliações rigorosas: nenhuma reforma, mudança de atitudes ou de métodos tem a mais mínima chance de dar certo sem uma avaliação rigorosa. Atividades grupais são interessantes e devem ser estimuladas, mas todas as instâncias de avaliação devem ser individuais. A popular "cola" deve ser energeticamente reprimida, com reprovação na disciplina e sanções acadêmicas. Embora esta seja uma tarefa ingrata e desagradável para a maioria de nós, é necessário reconhecer que é nossa função impedir que delinquentes sejam avaliados pela Universidade para desempenhar funções para as quais não estariam habilitados.

5) Universidade e mercado: a função da universidade não é fornecer profissionais prontos para o mercado, nem refletir instantaneamente as necessidades deste. O graduado deve, sim, possuir uma base sólida de reconhecimento que lhe permita amplas possibilidades de

adaptação na sua vida profissional. Portanto, devem ser hierarquizadas as disciplinas onde descansam os fundamentos paradigmáticos dos respectivos cursos. É necessário ressuscitar a atitude, digamos humanista, estética, a falta de outras palavras, em oposição ao tecnocratismo da era anterior. A atitude desinteressada diante do conhecimento gera com frequência melhores conhecimentos específicos (e, paradoxalmente, mais úteis) que a atitude governada pelo senso de mercado.

6) O ensino compensa? Muitos se queixam de que a Universidade não reconhece os esforços dedicados ao ensino por seus professores. Em certa medida isto é verdade. Na mesma medida em que poderíamos afirmar que os esforços dedicados à pesquisa também não são reconhecidos pela Universidade. (Estes são, sim, apreciados por algumas instituições financiadoras e pela comunidade científica em geral). Provavelmente nossa Universidade ainda é muito imatura para elaborar meios efetivos de reconhecimento do mérito acadêmico ((em ensino ou pesquisa). Portanto, por muito tempo, as atividades de pesquisa e de reflexão sobre ensino continuarão sendo puxadas apenas pelas pessoas que gostam delas. Talvez seja melhor se acostumar a esta realidade que ficar se lamentando.

Para terminar: o novo consenso sobre a Graduação impõe a demolição do Prédio dos Cursos Básicos. Esta ridícula construção, inspirada em quem sabe que delírio castrense, inibe qualquer tipo de prazer que possa ser sentido na transmissão e produção de conhecimento humano. O melhor seria organizar uma enorme implosão, com grande cobertura da Televisão, e publicidade bem ao gosto das autoridades. Se houver tempo, os jogadores de truco poderiam ser convidados a abandonar o local, e terminar suas partidas na casa da vovó, o que não deixaria de ser uma satisfação para a anciã senhora.

José Martinez
IMECC

SEGUROS?

*Automóvel
*Vida
*Incêndio residencial
*Roubo residencial
*Responsabilidade civil da família
*etc

JJC e ADUNICAMP

Oferecem a você
toda orientação necessária
para fazer um seguro
bem feito

Informe-se na secretaria da Adunicamp
Fone: 39.1148 ou ramal 3152
Diretamente com o nosso corredor Sr. Jean
Fones: (011) 259.8104 e 259.0359
Plantão aos sábados e domingos
Fone: 31.2716 - Campinas

O ensino de graduação na Unicamp

"Creio que devemos salvar o ensino na UNICAMP enquanto ela ainda desfruta de prestígio lá fora" (Concluente de Ciências Econômicas).

O trecho acima, se por um lado não reflete exatamente a opinião de todos os alunos da UNICAMP em relação ao seu ensino de graduação, de fato representa uma das tendências bastante marcantes nos discursos desses indivíduos. Há um consenso mais ou menos generalizado de que a qualidade do ensino de graduação não vem acompanhando a evolução que a mesma universidade tem feito em outras direções — como a pesquisa e a pós-graduação — capazes de destacá-la como uma das Instituições Universitárias de maior prestígio no país.

Mas a afirmação acima é parte de um estudo realizado junto aos concluintes de 1986 e 1987 e, de lá para cá, uma série de medidas foram tomadas na direção da melhoria da Graduação. Uma das tarefas imediatas a cargo de uma "Nova Administração", consistiria, a meu ver, em verificar até que ponto o panorama já terá sido alterado de lá para cá.

De qualquer maneira, quando se considera que 75% dos estudantes que vêm ingressando na UNICAMP a partir de 1987 afirmam ter optado por esta Universidade pelo fato de "ser a Instituição que oferece o melhor curso", e "pelo conceito de que desfruta como Universidade", creio que nos encontramos não somente diante de um desafio, mas de uma responsabilidade ética, que consiste em não desapontarmos aqueles que optaram por se tornarem nossos alunos.

Quem problemas vêm ocorrendo a nível de graduação, a ponto de constituir entraves à boa qualidade do ensino?

Creio que poderíamos dividi-los em três blocos: problemas de ordem curricular, problemas de infra-estrutura e questões mais ligadas à vida universitária, de modo geral. Evidentemente, os três blocos estão intimamente relacionados e é praticamente impossível esperar-se resultados satisfatórios a partir da atuação sobre qualquer um deles isoladamente.

Dentre os primeiros, poderíamos apontar:

1. O "Ciclo Básico", com sérios problemas, que dizem respeito diretamente às chamadas "disciplinas de serviço" e que constituem fator de desânimo e de evasão precoce entre os estudantes, bem como de acumulação de problemas ao longo dos cursos. As palavras de um estudante de Computação provavelmente darão melhor significado ao que estou tentando dizer:

"As disciplinas do nível básico são dadas sem que se tenha qualquer idéia de sua real importância no decorrer do curso e então não damos a elas o devido valor. Ao chegar no meio-fim do curso, sentimos falta de conceitos que deveriam ter sido captados anteriormente."

Quando se considera que quase dois terços dos ingressantes da UNICAMP são jovens de 17

a 20 anos de idade que acabaram de ter suas rotinas de vida completamente alteradas, já que pela primeira vez terão deixado a infra-estrutura familiar para viver em repúblicas ou em condições semelhantes de moradia e que deixaram colégios e cursinhos onde as relações inter-pessoais tinham já certas raízes, tem-se uma idéia da extensão e da gravidade que representa a desatenção para com o ensino nos primeiros semestres. Uma maior importância deveria ser dada a este período, descartando-se soluções paternalistas, evidentemente.

2. A questão da "Carga Horária" que faz de alguns de nossos cursos - mesmo daqueles considerados como de "alto prestígio" - períodos de forte sobrecarga e de tensões extremas, dificultando a própria aprendizagem, na medida em que o aluno não tem tempo sequer para estudar ou para realizar estágios.

Pergunta: "Como você se vê como universitário da UNICAMP?" Resposta de um aluno de Ciências da Computação: "Quase não dá tempo de me ver".

3. Problemas de ensino propriamente ditos, incluindo-se aqui além daqueles de ordem estritamente didática — "A didática talvez seja o maior problema dos nossos professores que têm atividades que consideram melhores que dar aulas" (Concluente de Engenharia Elétrica Agrícola) - os conteúdos das disciplinas - "De modo geral, o conteúdo das ementas das matérias do meu curso não foi totalmente abordado, devido às precárias condições de laboratórios, didática docente, verbos insuficientes, etc." (Estudante de Engenharia Agrícola) e os sistemas de avaliação - "Coloque na cabeça dos professores que eles não podem continuar com o método de avaliação que utilizam" (Estudante de Química).

Cumprir destacar ainda as atividades práticas, principalmente as realizadas a nível de laboratórios, muitas vezes consideradas como tarefas rotineiras, repetitivas, onde a criatividade e a preocupação com a formação científica são muitas vezes deixadas de lado. Evidentemente as condições de infra-estrutura acabam pensado muito neste área.

4. Questões ligadas aos objetivos dos diferentes cursos: por que e para que "este curso"? que tipo de formação pretendemos priorizar? Como situar "este curso" no atual momento político-social-econômico-cultural brasileiro e internacional?

À nível de infra-estrutura, o problema dos transportes, dada a força com que afeta a vida dos estudantes, limitando suas possibilidades de formação ao nível desejado e de usufruírem a vida universitária, deve merecer atenção imediata.

Pergunta: "Onde a UNICAMP terá falhado em relação a você?"

Resposta de um aluno da Física: "Neste momento, só no transporte, que é de péssima qualidade e que penso, poderia ser administrativamente de forma eficiente pela própria Universidade, sendo esta uma falha gravíssima da Universidade para com seu corpo discente".

Além dos transportes, é importante destacar as limitações das bibliotecas setoriais, ausência de livrarias de boa qualidade no próprio "Campus", bem como os problemas específicos dos laboratórios, setor que tem sido objeto de atenção por parte da Administração nestes últimos anos.

Com referência à terceira categoria de problemas — vida universitária — chamaria a atenção para o fato de nossos alunos, de modo geral, tenderem a valorizar positivamente a Universidade — cujas relações afetivas são frequentemente mais fortes que para com seus próprios cursos — fato que sugere grandes possibilidades de se melhorar também o ensino de graduação.

"A experiência vivida nestes últimos anos foi fascinante não só em termos profissionais, como na vida social" (Concluente de Estatística).

Feitas essas considerações, vejo as seguintes tarefas, dentre tantas outras, como prioritárias.

1. Valorização da Graduação, sem que isto represente prejuízo da pós-graduação e das atividades de pesquisa e de extensão. Não se trata de dicotomizar ensino e pesquisa, por exemplo, mas de pensá-los como elementos mutuamente inclusivos de um mesmo processo: a formação universitária. O professor precisa sentir-se motivado a ensinar, isto é, sentir que tal atividade lhe é tão gratificante como a pesquisa. Somente a valorização do ensino para a carreira universitária é capaz de desencadear a desejada mudança de atitude, alterando-se o panorama atual:

*"Acho que falta professores mais interessados, mais "professor" mesmo" (Aluno de Estatística).
"Docentes, nós queremos ser cobrados! Nos ensinam e exigem nosso saber em troca" (Estudante de Medicina).*

É preciso considerar porém, que a UNICAMP tem já uma história construída em outra direção, isto é, em que as atividades de ensino nunca tiveram grande prestígio. É difícil inverter-se a ordem vigente, de modo a trazer, a exemplo de universidades americanas e europeias, "grandes expoentes" para atuarem junto a turmas de primeiro semestre. Mas é necessário que isto aconteça, pois é possível que estejamos perdendo, já, alguns dos melhores talentos e que nem estejamos sabendo disso.

2. A partir de 1987 a UNICAMP tem feito seus próprios exames vestibulares. Estes estão voltados para a seleção de alunos cujo perfil se caracteriza principalmente pelo pensamento crítico e independência intelectual. Pois bem, os resultados do "novo vestibular" têm sido promissores sob vários aspectos. Restaria saber como esses alunos vêm se desempenhando na Universidade, questionando-se inclusive a respeito de como vêm sendo desenvolvidos os primeiros cursos junto a eles. Em outras palavras: procurou-se mudar o aluno para melhor e é possível que se tenha conseguido. E o ensino? Terá mudado também, de maneira a corresponder ao perfil do novo universitário?

3. Alterar as condições de infra-estrutura já mencionadas, com destaque aos transportes.

4. Na própria UNICAMP há uma série de experiências altamente positivas a nível de graduação. À título de exemplo, há a experiência do Curso Noturno de Matemática, onde a integração de duas Unidades diferentes parece estar dando resultados bastante satisfatórios. Experiências positivas existem também nas chamadas "disciplinas de serviço". As mesmas poderiam ser aprofundadas, constituindo pontos de referência para aqueles que estivessem interessados na busca de alternativas para suas atividades de ensino.

No entanto, o ponto de partida para uma "Nova Administração" consistiria, a meu ver, em ter como referência e dar prosseguimento aos estudos que vêm sendo feitos em algumas das Unidades acerca de seus cursos de graduação e aquilo que vem sendo realizado pela atual Reitoria, quer em termos de diagnóstico da realidade vigente, quer em termos de alterações já efetuadas. A "Avaliação" do ensino de graduação sob este aspecto, tem importância fundamental. Penso em avaliação sob múltiplas formas, mas como a única maneira de podermos dispor de informações claras sobre aquilo que vimos realizando nesta Universidade. Trata-se de condição necessária — embora não suficiente — para mudar aquilo que deve ser mudado, de maneira a não apenas "salvar o ensino da UNICAMP enquanto ela desfruta de prestígio lá fora", mas fazendo com que a qualidade de seu ensino de graduação se torne uma das fontes de prestígio a nível externo.

Newton Balzan
FE

SEGURO DE AUTOMÓVEL

Você sabia que:

- * Seu bônus pode ir além dos 65%
- * desconto de bom condutor
- * desconto de alarme
- * mais 30% de desconto no prêmio líquido

JJC e ADUNICAMP

INFORMAÇÕES

Adunicamp: 39.1148 ou 39.1301 ramal 13152
União Continental de Seguros: 32.2189
JJC Corretora: 31.2716
Plantão aos sábados e domingos

A flexibilidade da universidade como resposta a demanda social

No presente, as críticas, recomendações e sugestões sobre como tornar as universidades mais úteis para a sociedade se repetem com tal intensidade até constituir talvez a maior fonte de pressão social sobre a vida universitária. Vale a pena, portanto, refletir sobre um certo utilitarismo míope e curto prazista que com frequência transparece na discussão da adequação ou inadequação da universidade à sociedade.

O ponto de partida mais comum é a insistência com que as instituições de ensino superior deveriam reforçar os seus vínculos com o setor produtivo. Esta atitude, muito contrastante com a que predominava vinte anos atrás, surgiu no contexto de várias mudanças entre as que se podem mencionar: o fim dos movimentos estudantis fundamentados nas idéias do Maio francês de 1968, a consciência cada vez maior da inadequação (para propósitos industriais) de muitos cursos universitários tradicionais, incluindo os de Ciência e Tecnologia, o rápido desenvolvimento das novas tecnologias e, particularmente, das novas técnicas da informação, que revolucionaram os mecanismos de reprodução e aprendizado do conhecimento e que superaram as capacidades de seguimento do próprio sistema de ensino superior; e as crises financeiras das universidades que precisam de novas fontes de recursos.

Diante de tal contexto, a Universidade precisa reavaliar a sua missão para resolver as tensões de dentro e de fora dos muros universitários. Nesse exercício, como fica a questão de procurar uma mais estreita vinculação com o setor produtivo?

Esta questão não é nova. Não só já ouvimos isso antes; mas também o ouvimos várias gerações de docentes e alunos desde os primórdios da industrialização. Desde o aparecimento dos primeiros empresários vêm se repetindo os questionamentos sobre a necessidade de remediar as deficiências do sistema educacional para melhor servir as necessidades da produção. Com frequência, os críticos apontam que a prioridade nas atividades universitárias dá-se para a educação liberal e a pesquisa básica, para o compromisso das universidades com a tradição clássica e a sua indiferença perante o mundo das manufaturas.

No debate atual sobre o futuro da instituição universitária as noções de flexibilidade e diversificação são frequentemente apresentadas como chaves de sucesso. Argu-

menta-se que as universidades deveriam se orientar por estas noções para serem de real benefício para a indústria. Porém, o uso dos termos neste contexto é ambíguo. Primeiro, que tipo de flexibilidade se procura? A flexibilidade nas estruturas e práticas do ensino superior? Ou a flexibilidade nas mentes e competências dos egressos? Embora se bem os dois significados devessem ser levados em conta, na prática não é feita uma distinção clara entre eles. Por exemplo, os japoneses hoje parecem estar lutando para redescobrir a função de formar mentes mais inteligentes e flexíveis e elites acadêmicas criativas e mutuamente estimulantes, função que no passado foi característica das grandes universidades inglesas e que agora corre o risco de desaparecer no movimento para baratear o ensino superior nesse país.

Segundo, quando se fala em diversificação também fica ambíguo se trata de diversificação das funções no seio de uma mesma universidade ou no sistema geral de ensino superior. As propostas cada vez mais são formuladas pensando no sistema em geral, numa maior diversidade das instituições de ensino superior, com características e objetivos diferenciados, destinadas a atender as diferentes necessidades do país. Mas a resposta institucional particular se defronta com um obstáculo político. As universidades não podem simultaneamente ser diferenciadas e pretender que seus egressos sejam reconhecidos como tendo uma excelência uniforme no conjunto do sistema de ensino superior. Portanto, elas se negam a aceitar um sistema hierárquico de funções e qualidades e, por conseguinte, de status e pretendem resolver o problema da diversificação fazendo-a no seu interior, através da diversificação de funções orientadas ao atendimento de público ou clientela múltiplas.

Na maioria dos argumentos, a flexibilidade, entendida no primeiro dos significados, aparece como sinônimo de diferenciação, de maior grau de especialização ou de preparo por parte das instituições do sistema de ensino superior, para se adaptar constantemente ao que seja que num dado momento se percebe como os requisitos imediato da produção ou dos serviços. Mas não existe receita simples para isso. O registro histórico guarda inúmeros exemplos de novas iniciativas que viraram camisas de força inibidoras de espírito de criatividade

técnica e comercial que elas estavam dirigidas a estimular. O novo enfoque gerencial dos vínculos entre os mundos acadêmico e industrial deverá ser monitorado com muita atenção, levando em conta não só os resultados no curtíssimo prazo, mas também, e, principalmente, os efeitos de mais longos alcance. As universidades podem se adequar mais ou menos bem ao esforço de obter apoio do setor produtivo. Mas como serão avaliadas estas experiências ao final do século?

A história oferece subsídios para explorar alguns aspectos estratégicos da questão. Nos países industrialmente avançados, pode-se ver que a indústria com frequência proporcionou uma parte importante do seed-money para a inovação educacional. Porém, as dificuldades associadas com a patronagem não-governamental emergem em qualquer contexto nacional que se considere. Por mais generosos que sejam os subsídios da indústria, não se pode esperar que eles proporcionem o apoio contínuo, de longo prazo, do qual depende qualquer sistema universitário. Tipicamente, esses fundos são utilizados para lançar novas iniciativas, em particular, na forma de edifícios e laboratórios. Não obstante, quase que inevitavelmente, as universidades receptoras acha que a tarefa de desenvolver estruturas para o ensino e a pesquisa depois desse estágio inicial é por demais árdua e depende de seus próprios recursos; é um custo que ela mesma há de assumir. A história mostra que não é fácil assegurar o fluxo firme de fundos necessários para manter o ritmo inicial. O registro histórico está cheio de universidades que sofreram ressecamento dos fundos provindos da indústria, fundos, por outro lado, muitas vezes dolorosamente ganhos. Além do mais, uma outra experiência comum é que em tanto que resulta relativamente fácil estabelecer vínculos com os interesses empresariais mais avançados, aparece em geral como muito mais difícil estender essas conexões com uma certa continuidade para a rede mais ampla da comunidade industrial, especialmente a pequena e média indústria.

Há uma outra evidência que convida a adotar uma certa cautela perante ao entusiasmo irrestrito de embarcar num relacionamento demasiadamente estreito com interesses econômicos locais. Não é necessário repetir que faz tempo que existem espaços institucionalizados para a instrução fortemente vocacional dirigida e preencher a la-

cuna entre o ensino superior e a indústria. Hoje, acreditamos que o lugar adequado para essa instrução está nos programas de educação contínua cuja expansão é recomendada de maneira geral nos contextos educacionais mais diversos tanto do mundo desenvolvido como subdesenvolvido. Cursos desse tipo podem ser organizados por escolas politécnicas, colégios técnicos, e talvez com maior proveito, pelas próprias firmas industriais. Em qualquer destes contextos institucionais, a flexibilidade no sentido de uma capacidade de se adaptar rapidamente a novas necessidades, deve ser vista como uma virtude necessária, como bem o demonstram exemplos frequentes do Japão e outros países.

Porém se pretende estender esse tipo de flexibilidade para a totalidade do sistema de ensino superior, poderia muito bem se abalar a flexibilidade no segundo sentido definido acima, isto é, de criatividade e versatilidade intelectual. Quando se fala nisto, não se pode deixar de observar um conflito disruptivo e paralisante. Pois embora ninguém pareça subestimar a importância de se ter amplos alicerces científicos em qualquer curriculum técnico, não fica para nada claro como os dois tipos de flexibilidade mencionados podem ser reconciliados como objetivos adequados para uma mesma instituição. Inclusive os institutos politécnicos, cuja função principal é, supostamente, a de ter pronta uma resposta eficaz às pressões econômicas em constante mudança, não estão livres dos perigos que surgem do conflito entre educação (liberal) e instrução (vocacional). Certamente a versatilidade tem valor para os estudantes em qualquer instituto de ensino pós-secundário da mesma forma que a tem para os estudantes das universidades. Porém, muito mais dano será feito se a necessidade econômica e a redução do apoio governamental forçam ao sistema universitário a ter as mesmas preocupações com a adaptabilidade que outras instituições de ensino pós-secundário.

Não é uma questão fácil nem mesmo definir o que constitui flexibilidade deste segundo tipo. Ainda mais difícil resulta determinar as condições que permitiriam melhor atingir-la. Mas o ideal tem atrado, e continua a atrair, a aprovação de um setor importante da opinião educacional qualificada; e ainda que seja por esta razão, merece ficar no centro do debate atual.

Hebe Vessuri
IG